

Demonstrações financeiras

GOL Linhas Aéreas S.A.
31 de dezembro de 2019
Não auditada

Gol Linhas Aéreas S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório da Administração	01
Balanços patrimoniais	06
Demonstrações dos resultados	08
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Demonstrações do valor adicionado.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Em 2019, a GOL alcançou diversos marcos significativos em sua estratégia de negócios para ser “A Primeira Companhia Aérea Para Todos” e expandir sua rede internacional e doméstica.

“Ser a Primeira Companhia Aérea para Todos”

A forte demanda de Clientes, especialmente no segmento corporativo, combinada com a nossa disciplina de capacidade, nos permitiu obter excelentes resultados operacionais no 4T19. Gostaríamos de agradecer, particularmente, à dedicação e ao engajamento do Time de Águias que, em condições desafiadoras de mercado, atendeu às demandas de nossos Clientes no Brasil e no exterior, de maneira rápida e segura.

Transportamos quase 10 milhões de Clientes no 4T19, 8,0% acima do apurado no mesmo período do ano passado.

Neste ano, atingimos o recorde histórico de vendas na *Black Friday*, com volumes acima de 450 mil bilhetes adquiridos, totalizando mais de R\$120 milhões em apenas um dia, e uma comercialização no período promocional para além da casa dos R\$250 milhões. Isso representa um aumento de 50% de negócios adicionais em comparação à *Black Friday* de 2018.

Os ótimos resultados atingidos nas vendas reforçam nosso propósito de sermos A Primeira Companhia Aérea Para Todos, oferecendo a melhor experiência para o Cliente em termos de produtos e serviços, com o mais baixo custo do mercado.

O nosso Net Promoter Score (NPS) trimestral foi 35 e sinaliza a combinação vencedora de nosso produto *best-in-market* e do elevado engajamento da equipe de atendimento ao Cliente da GOL. Pelo terceiro ano consecutivo conquistamos o prêmio *Top of Mind*, do Instituto Datafolha, como a Companhia aérea mais lembrada e preferida pelos brasileiros. Ganhamos também, pela sexta vez, premiação Empresas da Década pela Consumidor Moderno, sendo a única empresa aérea entre as vencedoras.

Estes reconhecimentos são resultado de inovações contínuas em todos os nossos produtos e serviços, e refletem nossa proximidade com nossos Clientes no seu dia-a-dia.

Crescimento da Malha GOL

No trimestre, expandimos o alcance da GOL nos mercados regionais no Brasil, incluindo mais três cidades: Araçatuba, Cabo Frio e Sinop. Adicionalmente, aprimoramos as nossas parcerias com operadoras acrescentando 22 novos destinos aos Clientes.

A GOL é a maior operadora regional do Brasil, medida por ASKs. Os novos destinos fortalecem nossa malha geral, aumentam a conectividade e reduzem a exposição da Companhia a mercados altamente competitivos. Além disso, geram ainda mais tráfego de Clientes que se conectam aos hubs internacionais da empresa em Guarulhos, Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza. Continuando a expansão internacional, iniciamos voos regulares entre São Paulo e Lima - Peru. No período foi inaugurada também a rota semanal Manaus-Orlando e a sazonal Porto Alegre-Punta del Este (URU).

No final de dezembro, a GOL comemorou os 15 anos de operação na Argentina, para onde foram transportados mais de 12 milhões de Clientes com 77 voos semanais.

Buscamos continuar com o nosso crescimento nos mercados domésticos e internacional.

Em fevereiro de 2020, foi anunciado um novo acordo de *codeshare* com a American Airlines. Os voos serão operados por meio dos hubs da GOL em São Paulo (GRU), Rio de Janeiro (GIG), Brasília (BSB) e Fortaleza (FOR), e estes se adicionarão aos atuais voos regulares da Companhia para Miami e Orlando. Também assinamos um novo *codeshare* com a Avianca Holdings, que contempla 60 destinos nacionais e 16 internacionais da Gol em 11 países, e 26 destinos da Avianca na Colômbia e outros 50 na América e Europa.

Por meio do fortalecimento dessas alianças, reafirmamos o plano de expansão tanto no Brasil quanto internacionalmente. Nosso compartilhamento de voos com a Air France-KLM abrange mais de 18 países, incluindo 66 cidades na Europa e acima de 30 localidades brasileiras. Adicionalmente, o recém anunciado *codeshare* com a American Airlines oferecerá a maior quantidade de voos diários entre a América do Sul e os EUA do que qualquer outra parceria aérea, duplicando o número de assentos que disponibilizamos neste mercado, conectando os passageiros da GOL para mais de 30 destinos nos EUA.

Gerenciamento Ágil de Frota

Apesar da paralisação temporária do 737 MAX, a flexibilidade do plano de frota possibilitou atender a

todos os mercados com alto índice de utilização de aeronaves, que alcançaram 12,2 horas no trimestre. A malha aérea da GOL conta com ampla conectividade aos principais destinos, um modelo sofisticado que permitiu criar uma maior capilaridade para rotas corporativas com redução da etapa média. Este, quando aliado à utilização intensiva de *data analytics* e foco na personalização dos serviços, melhorou o posicionamento da GOL para capturar o crescimento econômico. Com base na mais recente previsão da Boeing, estimamos a aprovação para o retorno do MAX pelos órgãos reguladores competentes para o início do segundo semestre de 2020.

No começo do quarto trimestre, colocamos 14 aeronaves em manutenção não planejada para a troca do *pickle fork*, em cumprimento à Diretriz de Aeronavegabilidade emitida pela FAA. O processo foi 100% finalizado até o final de dezembro, quando os equipamentos retornaram à frota, graças à atuação tempestiva da GOL Aerotech.

Em novembro de 2019, a GOL Aerotech foi formalmente lançada como uma nova unidade de negócios que alavanca a expertise da GOL para fornecer manutenção, reparo e revisão de aeronaves e componentes para terceiros. Isso propicia uma nova fonte de receita e reduz os custos para a Companhia. Com 760 funcionários e mais de 600.000 horas de disponibilidade por ano, a GOL Aerotech está qualificada pela ANAC, FAA e EASA para executar serviços de manutenção para quatro modelos da Boeing: as famílias 737 Classic, 737 Next Generation, 737 MAX e a 767. A Aviation Capital Group (ACG) e a Dubai Aerospace estão entre os nossos primeiros Clientes. Para 2020, espera-se uma receita de R\$140 milhões com a GOL Aerotech.

Gerenciamento Eficaz do Balanço

A despeito dos diversos desafios operacionais enfrentados, tais como a paralisação temporária do MAX e a manutenção não programada do *pickle fork* de certos NGs, a GOL apresentou resultados excepcionais. Foram registradas receitas recordes e altas margens, com geração de caixa operacional em torno de R\$1,0 bilhão no trimestre. Através disso, foi implementado um programa de recompra de ações de R\$102,4 milhões e melhoramos nossas classificações de crédito.

A receita líquida cresceu 18,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando o recorde trimestral de R\$3,8 bilhões. Atualmente, as tendências de receita e reservas de passageiros permanecem fortes, e a Companhia espera que o RASK do primeiro trimestre aumente de 4% a 6%, em comparação ao 1T19.

A GOL permanece na liderança de menor custo unitário na América do Sul pelo 19º ano consecutivo. O CASK recorrente de 2019 aumentou 1,9% em relação ao ano anterior, para R\$21,97. Com base nas tendências atuais, estima-se que o CASK recorrente do primeiro trimestre de 2020 cresça aproximadamente 0% a 2%, ano contra ano. A Companhia possui uma alta proteção de hedge de combustível, com cerca de 90% protegidos no primeiro trimestre de 2020 e 68% protegidos em 2020.

Estamos trabalhando duro para aumentar ainda mais a competitividade da GOL através de controle de custos e hedge de combustível.

No 4T19, o lucro por ação diluída recorrente foi de R\$0,88 e o lucro por ADS diluída recorrente foi de US\$0,43. As atividades operacionais geraram R\$1,0 bilhão de caixa no trimestre. Da geração de fluxo de caixa líquido de R\$637,3 milhões no 4T19, pagamos R\$617,1 milhões de dívida e R\$50,2 milhões de juros sobre capital próprio, além de recomprar R\$102,4 milhões de ações. Antes da recompra de ações e juros sobre capital próprio, o caixa livre para acionistas foi de R\$219,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a liquidez total ficou em R\$4,3 bilhões, R\$1,3 bilhão superior em relação 31 de dezembro de 2018.

Continuamos fortalecendo o equilíbrio da Companhia por meio de uma gestão disciplinada de capital de giro e otimização da estrutura de capital.

Em fevereiro de 2020, a GOL celebrou contratos de *sale and leaseback* de 11 aeronaves Boeing 737 Next Generation (NG). A transação reduzirá a dívida líquida da GOL em aproximadamente R\$500 milhões, composta por uma diminuição de R\$130 milhões no endividamento e um acréscimo de R\$370 milhões na liquidez de caixa. A Companhia planeja utilizar uma porção desses recursos para resgatar o montante disponível de suas Senior Notes de 8,875%, com vencimento em 2022. A receita de gerenciamento de ativos e a redução na despesa de juros contribuirão com mais de R\$420 milhões no lucro da Companhia em 2020, e melhorará os indicadores de crédito da GOL, reduzindo a relação dívida líquida/EBITDA em 0,2x e aumentando a relação EBITDA/despesa de juros líquidos em 0,5x.

Os resultados auferidos nas disposições das aeronaves da GOL demonstram a consistência de valor de mercado da aeronave Boeing 737 e a contínua criação de valor para todos os acionistas da Companhia. Fazer da GOL a Primeira Companhia Aérea para Todos é o que move o melhor time de aviação do Brasil. “Somos e continuaremos sendo uma Companhia ainda mais forte e sólida”, disse Lark.

Mercado doméstico

A capacidade da GOL no mercado doméstico aumentou 7,0%, e a demanda teve um acréscimo de 6,6% em comparação ao 4T18, e a taxa de ocupação chegou a 82,5% no trimestre. A GOL transportou 9,2 milhões de Clientes no trimestre, um incremento de 9,5% comparado com o mesmo período de 2018. Em 2019, a capacidade da GOL no mercado doméstico cresceu 3,5%, e a demanda subiu 6,2% na comparação anual. A GOL é a líder em transporte de passageiros no mercado brasileiro.

Mercado internacional

A oferta internacional da GOL reduziu 0,9%, e a demanda internacional diminuiu em 2,6% no trimestre em comparação ao 4T18. A taxa de ocupação da Companhia no 4T19 foi de 74,0%, um decréscimo de 1,2 p.p. Durante o trimestre, a Companhia transportou 0,5 milhão de passageiros no mercado internacional, assim como no quarto trimestre de 2018. Em 2019, a capacidade da GOL no mercado internacional aumentou 27,3%, e a demanda cresceu 31,6% na comparação anual.

Volume de Decolagens e Total de Assentos

O volume total de decolagens da GOL foi de 68.228, acréscimo de 7,6% em comparação ao 4T18. O total de assentos disponibilizados ao mercado foi de 12,1 milhões no quarto trimestre de 2019, um incremento de 9,6% em relação ao mesmo período de 2018.

Frota

Ao final do 4T19, a frota total da GOL era de 137 aeronaves Boeing 737, sendo 130 NGs e 7 MAX (os últimos não operacionais). Comparativamente ao final do 4T18, a Companhia contava com 121 aeronaves, todas em operação, sendo 6 aeronaves MAX. Durante o trimestre, a GOL fechou contratos de *leasing* para 13 aeronaves adicionais, sendo 12 aeronaves 737-800 NG e 1 aeronave 737-700 NG. A idade média da frota da Companhia foi de 9,9 anos ao final do 4T19.

Frota Total ao Final do Período	4T19	4T18	Var.	3T19	Var.
B737s	137	121	+16	125	+12
B737-7 NG	24	24	0	24	0
B737-8 NG	106	91	+15	94	+12
B737-8 MAX	7	6	+1	7	0

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 129 pedidos firmes para aquisição de aeronaves Boeing 737 MAX, sendo 99 pedidos de 737 MAX-8 e 30 pedidos de 737 MAX-10.

Plano de Frota	2019	2020E	2021E	>2022E	Total
Frota Operacional Final do Exercício	137	140			
Compromissos com Aquisição de Aeronaves* (R\$ MM)	-	-	7.113,8	58.666,1	65.779,9

(*) Considera o preço de tabela de aeronaves.

Em fevereiro de 2020, a GOL celebrou contratos de *sale and leaseback* de 11 aeronaves Boeing 737 Next Generation (NG). As transações das aeronaves da Companhia demonstram a consistência de valor de mercado da Boeing 737 e a contínua criação de valor para todos os seus acionistas.

Relacionamento com Auditores Independentes

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, a Companhia se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Embasado no Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03 a Companhia adota como procedimento formal, para a contratação de outros serviços profissionais que não os de auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria.

A Companhia informa que seus auditores independentes, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), não prestaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, serviços adicionais não relacionados à auditoria.

Glossário de Termos do Setor Aéreo

- **ARRENDAMENTO DE AERONAVES (AIRCRAFT LEASING):** contrato através do qual a arrendadora ou locadora (a empresa que se dedica à exploração de *leasing*) adquire um bem escolhido por seu cliente (o arrendatário, ou locatário) para, em seguida, alugá-lo a este último, por um prazo determinado.
- **ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (ASK):** é a somatória dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de assentos disponíveis em cada etapa de voo pela distância da etapa.
- **BARRIL DE WTI (WEST TEXAS INTERMEDIATE):** petróleo intermediário do Texas, região que serve de referência ao nome por concentrar a exploração de petróleo nos EUA. O WTI é utilizado como ponto de referência em óleo para os mercados de derivados dos EUA.
- **BRENT:** refere-se ao óleo produzido no mar do Norte, negociado na bolsa de Londres. Serve de referência para os mercados de derivados da Europa e Ásia.
- **CAIXA TOTAL:** total de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito de curto e longo prazo.
- **CUSTO OPERACIONAL POR ASSENTO DISPONÍVEL POR KILÔMETRO (CASK):** custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
- **CUSTO OPERACIONAL POR ASSENTO DISPONÍVEL POR KILÔMETRO EX-COMBUSTÍVEL (CASK EX-FUEL):** é o custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos excluindo despesas com combustível.
- **ETAPA MÉDIA OU DISTÂNCIA MÉDIA DE VOOS (AVERAGE STAGE LENGTH):** é o número médio de quilômetros voados por etapa realizada.
- **EXCHANGEABLE SENIOR NOTES (ESN):** títulos conversíveis em ações.
- **FRETAMENTO DE AERONAVES (CHARTER):** o voo operado por uma Companhia que fica fora da sua operação normal ou regular.
- **HORAS BLOCO (BLOCK HOURS):** tempo em que a aeronave está em voo, mais o tempo de taxamento.
- **LESSOR:** alguém que aluga uma propriedade ou propriedade pessoal a outro, arrendador.
- **LONG-HAUL FLIGHTS:** voos de longa distância (para a GOL, voos com mais de 4 horas de duração).
- **PASSEGEIROS PAGANTES:** representa o número total de passageiros a bordo que pagaram acima de 25% da tarifa para uma etapa.
- **PASSEGEIROS-QUILÔMETRO TRANSPORTADOS (RPK):** é a somatória dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de passageiros pagantes em uma etapa de voo pela distância da etapa.
- **PDP:** crédito para financiamento de pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves.
- **TAXA DE OCUPAÇÃO (LOAD FACTOR):** percentual da capacidade da aeronave que é utilizada em termos de assento (calculada pela divisão do RPK/ASK).
- **TAXA DE OCUPAÇÃO BREAK-EVEN (BREAK-EVEN LOAD FACTOR):** é a taxa de ocupação necessária para que as receitas operacionais auferidas correspondam as despesas operacionais incorridas.
- **TAXA DE UTILIZAÇÃO DA AERONAVE:** número médio de horas por dia em que a aeronave esteve em operação.
- **RECEITA DE PASSEGEIROS POR ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (PRASK):** é a receita de passageiros dividida pelo total de assentos-quilômetro disponíveis.
- **RECEITA OPERACIONAL POR ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (RASK):** é a receita operacional dividida pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
- **SALE-LEASEBACK:** é uma transação financeira, onde um vende um recurso e o aluga de volta por um longo prazo. Assim ele continua a poder usar o recurso, não sendo o proprietário dele.
- **SLOT:** é o direito de decolar ou pousar uma aeronave em determinado aeroporto durante determinado período de tempo.
- **SUB-LEASE (SUBARRENDAMENTO):** é uma sublocação; um arranjo onde o locatário em um aluguel, atribui esse a um quarto, fazendo desse modo, o antigo locatário, um sublessor.
- **TAXA DE OCUPAÇÃO DA CARGA (FLF):** é a medida da utilização da capacidade (% de AFTKs utilizados). Calculada dividindo-se o FTK pelo AFTK.
- **TONELADA-QUILÔMETRO DE FRETE (FTK):** é a demanda por transporte de carga, calculada como o peso da carga em toneladas multiplicado pela distância total percorrida.
- **TONELADAS-QUILÔMETRO OFERECIDAS DE FRETE (AFTK):** peso da carga em toneladas multiplicado pelos quilômetros voados.
- **YIELD POR PASSEGEIRO KILÔMETRO:** representa o valor médio pago por um passageiro para voar um quilômetro.

Ativo	Nota	2019 (não auditado)	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	340.832	252.872
Aplicações financeiras	7	153.413	84.941
Caixa restrito	8	298.521	133.391
Contas a receber	9	775.515	533.924
Estoques	10	199.213	180.141
Imposto a recuperar	11	210.571	201.814
Direitos com operações de derivativos	32.2	3.500	-
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	13	141.412	68.395
Outros créditos		98.281	38.133
Total circulante		2.221.258	1.493.611
Não circulante			
Depósitos	14	1.839.288	1.485.907
Caixa restrito	8	139.386	648.957
Impostos a recuperar	11	103.032	1.485
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	13	48.387	-
Outros créditos e valores		994	-
Créditos com empresas relacionadas	28	199.256	48.758
Investimentos	15	1.254	1.177
Imobilizado	16	5.812.952	2.612.445
Intangível	17	1.728.440	1.737.355
Total não circulante		9.872.989	6.536.084
Total		12.094.247	8.029.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gol Linhas Aéreas S.A.**Balancos patrimoniais**

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2019 (não auditado)	2018
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	1.183.492	979.333
Arrendamentos a pagar	19	1.403.466	255.917
Fornecedores	20	1.190.236	1.302.868
Fornecedores - Risco sacado	21	554.467	365.696
Obrigações trabalhistas		377.701	339.602
Imposto a recolher	22	103.020	83.619
Taxas e tarifas aeroportuárias		728.339	556.299
Transportes a executar	23	1.765.822	1.528.067
Programa de milhagem		6.041	2.689
Adiantamentos de clientes	24	975.617	1.166.680
Provisões	25	203.816	70.396
Obrigações com operações de derivativos	32.2	9.080	195.444
Outras obrigações		57.926	16.049
Total circulante		8.559.023	6.862.659
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	717.602	888.426
Arrendamentos a pagar	19	4.646.105	656.228
Fornecedores	20	13.401	123.396
Provisões	25	1.026.252	808.084
Adiantamento de clientes	24	-	138.060
Impostos diferidos	12	156.017	170.023
Impostos a recolher	22	84	46.865
Obrigações com operações de derivativos	32.2	11.270	214.218
Obrigações com empresas relacionadas	28	3.452.816	2.305.613
Outras obrigações		11.327	16.167
Total não circulante		10.034.874	5.367.080
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	26	4.554.280	4.554.280
Reservas de capital		1.154.068	1.114.159
Ajustes de avaliação patrimonial		(571.088)	(500.022)
Prejuízos acumulados		(11.636.910)	(9.368.461)
Total patrimônio líquido negativo		(6.499.650)	(4.200.044)
Total		12.094.247	8.029.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto resultado básico e diluído por ação)

	Nota	2019 (não auditado)	2018
Receita líquida			
Transporte de passageiros		12.592.018	10.199.120
Transporte de cargas e outros		464.678	422.404
Total receita líquida	29	13.056.696	10.621.524
Custos dos serviços prestados	30	(9.751.962)	(8.963.630)
Lucro bruto		3.304.734	1.657.894
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais		(970.859)	(815.532)
Despesas administrativas		(1.024.112)	(684.145)
Outras receitas operacionais		281.190	-
Total despesas operacionais	30	(1.713.781)	(1.499.677)
Resultado de equivalência patrimonial	15	77	387
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		1.591.030	158.604
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		296.761	133.195
Despesas financeiras		(1.381.843)	(821.708)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	31	(1.085.082)	(688.513)
Resultado antes da variação cambial, líquida		505.948	(529.909)
Variação cambial, líquida		(304.869)	(651.180)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		201.079	(1.181.089)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(1.245)	(2.041)
Diferido		14.006	14.929
Total imposto de renda e contribuição social	12	12.761	12.888
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		213.840	(1.168.201)
Lucro (prejuízo) básico e diluído de ações ordinárias e preferenciais	27	0,041	(0,222)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2019 (não auditado)	2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		213.840	(1.168.201)
Outros resultados abrangentes que serão revertidos ao resultado			
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego	25.1	(41.045)	-
Hedge de fluxo de caixa, líquido de IR e CS		(30.021)	(420.706)
		(71.066)	(420.706)
Total dos resultados abrangentes do exercício		142.774	(1.588.907)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial			Prejuízos acumulados	Total
		Remuneração baseada em ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva de ágio na subscrição de ações	Resultado não realizado de hedge	Benefício pós-emprego			
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	4.554.280	-	1.070.755	43.404	(79.316)	-	(8.201.892)	(2.612.769)	
Adoção inicial de normativo contábil - CPC 48 (IFRS 9)	-	-	-	-	-	-	1.632	1.632	
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	(420.706)	-	-	(420.706)	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.168.201)	(1.168.201)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.554.280	-	1.070.755	43.404	(500.022)	-	(9.368.461)	(4.200.044)	
Adoção inicial de normativos contábeis	-	-	-	-	-	-	(2.482.289)	(2.482.289)	
Saldo após adoção de normativos contábeis	4.554.280	-	1.070.755	43.404	(500.022)	-	(11.850.750)	(6.682.333)	
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	(30.021)	(41.045)	-	(71.066)	
Lucro (prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	-	213.840	213.840	
Total dos resultados abrangentes do período	-	-	-	-	(30.021)	(41.045)	213.840	142.774	
Opção de compra de ações	-	39.909	-	-	-	-	-	39.909	
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	4.554.280	39.909	1.070.755	43.404	(530.043)	(41.045)	(11.636.910)	(6.499.650)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	2019 (não auditado)	2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	213.840	(1.168.201)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.701.115	651.157
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	5.663	(9.785)
Provisão para processos judiciais	179.454	225.378
Provisão para obsolescência de estoque	1.494	5.023
Ajuste a valor presente de adiantamento de fornecedores	10.604	-
Impostos diferidos	(14.007)	(14.929)
Descontos concedidos na venda antecipada de passagens	74.160	127.251
Equivalência patrimonial	(77)	(387)
Remuneração baseada em ações	39.909	17.091
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	4.907	-
Variações cambiais e monetárias, líquidas	335.060	630.621
Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras	741.059	390.642
Provisão e amortização para devolução de aeronaves e motores	357.206	-
Reversão de provisão para reserva de manutenção	(33.522)	-
Resultados de derivativos reconhecidos no resultado	23.229	(13.239)
Resultados não realizados de derivativos	(117.756)	-
Extinção de obrigação por redução de prazo	(275.921)	-
Provisão para obrigações trabalhistas	271.781	101.483
Baixa de imobilizado e intangível	139.766	(146.613)
Outras	136	65.333
Resultado líquido ajustado	3.658.100	860.825
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(249.737)	87.256
Aplicações financeiras	(53.360)	1.276
Estoques	(20.566)	(6.673)
Depósitos	(290.224)	(357.785)
Impostos a recuperar	(110.304)	-
Fornecedores	(272.185)	70.378
Fornecedores - Risco sacado	188.771	267.502
Transportes a executar	237.755	159.840
Programa de milhagem	3.352	1.934
Adiantamento de clientes	(403.283)	304.156
Obrigações trabalhistas	(233.682)	(48.753)
Taxas e tarifas aeroportuárias	172.040	204.109
Impostos a recolher	51.919	3.073
Obrigações com operações de derivativos	(33.521)	(20.998)
Pagamento de prêmio de derivativo de combustível	(43.008)	29.383
Adiantamento a fornecedores e terceiros	(132.008)	-
Pagamentos de processos judiciais e devolução de aeronaves	(307.454)	(225.129)
Arrendamentos operacionais a pagar	-	103.838
Outros créditos (obrigações)	(24.105)	(204.386)
Juros pagos	(142.624)	(217.776)
Imposto de renda pago	(79.299)	(38.732)
Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais	1.916.577	973.338
Transações com partes relacionadas	(151.093)	495.915
Caixa restrito	387.576	(547.576)
Recebimento de dividendos e JSCP por meio de controlada	-	543
Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	(38.358)	-
Aquisição de imobilizado	(861.790)	(676.091)
Aquisição de intangível	(42.400)	(62.544)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(706.065)	(789.753)



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	2019	2018
	(não auditado)	
Captações de empréstimos	559.560	1.185.849
Custos de captação de empréstimos e de recompra de títulos	(2.909)	-
Pagamentos de empréstimos	(743.217)	(1.318.349)
Pagamentos de arrendamentos	(1.616.426)	(251.557)
Pagamento de prêmio de derivativos	(251.777)	-
Transações com partes relacionadas	927.273	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(1.127.496)	(384.057)
 Variação cambial do caixa	 4.944	 (23.602)
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	87.960	(224.074)
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	 252.872	 476.946
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	340.832	252.872

As transações que não afetam caixa estão apresentadas na nota 33 dessas demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	2019	2018
	(não auditado)	
Receitas		
Transporte de passageiros, cargas e outras	13.523.358	11.204.977
Outras receitas operacionais	282.105	242.894
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.494)	24.775
	13.791.969	11.472.646
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	(4.047.344)	(3.958.158)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.073.835)	(2.623.821)
Seguros de aeronaves	(25.676)	(20.543)
Comerciais e publicidade	(587.107)	(533.180)
Valor adicionado bruto	6.058.007	4.336.944
Depreciação e amortização	(1.701.115)	(651.157)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.356.892	3.685.787
Valor adicionado recebido em transferências		
Resultado de equivalência patrimonial	77	387
Receita financeira	296.761	1.754.398
Valor adicionado total a distribuir	4.653.730	5.440.572
Distribuição do valor adicionado:		
Remuneração direta	1.538.703	1.442.745
Benefícios	186.867	161.672
FGTS	128.886	101.613
Pessoal	1.854.456	1.706.030
Federais	841.483	604.545
Estaduais	21.750	20.762
Municipais	3.666	3.164
Impostos, taxas e contribuições	866.899	628.471
Juros	1.655.651	3.093.419
Aluguéis	62.760	1.180.728
Outros	124	125
Remuneração de capitais de terceiros	1.718.535	4.274.272
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	213.840	(1.168.201)
Remuneração de capitais próprios	213.840	(1.168.201)
Valor adicionado total distribuído	4.653.730	5.440.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A GOL Linhas Aéreas S.A. (“Companhia”, “GOL” ou “GLA”), é subsidiária integral da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“GLAI”) e explora essencialmente:

- serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas e malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;
- a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- a prestação de serviços de *hangaragem* de aviões;
- a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e
- desenvolvimento de programas de fidelidade.

A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Senador Salgado Filho, s/n, Sala de Gerência - Back Office, área pública, eixos 46-48/O-P, Rio de Janeiro, Brasil.

Em 11 de março de 2019, em decorrência do segundo acidente ocorrido com uma aeronave do modelo Boeing 737 Max 8, a Administração da Companhia decidiu suspender as operações de suas 7 aeronaves deste modelo por deliberalidade, antes que houvesse manifestação dos órgãos reguladores, sendo segurança o valor nº1 da Companhia. Em resposta a tal medida, a Companhia rapidamente reconfigurou sua malha aérea. A utilização dessas aeronaves está condicionada a autorização das autoridades regulatórias do Brasil e dos países destinos das rotas, sendo principalmente os Estados Unidos da América. A Companhia não precisou e não pretende interromper quaisquer de suas rotas em decorrência da suspensão do uso dessas aeronaves.

A Administração avaliou e efetuou testes de recuperabilidade destas aeronaves (“*impairment*”), por meio da comparação do valor contábil com o valor de mercado apontado por publicações especializadas (“*BlueBook*”) e concluiu que não há perdas relacionadas ao direito de uso registrado no ativo e, portanto, nenhuma provisão foi registrada.

1.1. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido negativo atribuído aos acionistas controladores de R\$6.499.650 (R\$4.200.044 em 31 de dezembro de 2018) e de capital circulante líquido negativo de R\$6.337.765 (R\$5.369.048 negativo em 31 de dezembro de 2018). O acréscimo nessas posições é decorrente principalmente da adoção do CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento”, equivalente ao IFRS 16 - “*Leases*”, com um impacto de R\$2.436.334.

A Administração avaliou e concluiu que a Companhia reúne condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com seus vencimentos. Essa avaliação considera a venda de 11 aeronaves, que foi anunciada em período subsequente ao



encerramento do exercício social, em 11 de fevereiro de 2020 (ver nota nº 36.1.2), por meio dessa venda é esperada uma redução na dívida líquida da Companhia em aproximadamente R\$500.000, composta por uma redução de R\$130.000 na dívida de arrendamento financeiro e um aumento de R\$370.000 na liquidez de caixa.

A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui futuras ações planejadas pela Administração, assim como outras premissas relevantes macroeconômicas e do setor de aviação, como por exemplo a estimativa de taxa de câmbio do dólar norte-americano e preços do combustível de aviação. A avaliação da Administração também contempla a execução de diversas ações para ajustar o tamanho de sua frota a demanda, equiparando a oferta de assentos com a demanda para a manutenção de altas taxas de ocupação, redução de custos e adequação da estrutura de capital.

De acordo com a avaliação da Administração, os ativos circulantes e a previsão orçamentária de fluxos de caixa a serem gerados pela operação serão suficientes para atender as necessidades da Companhia de capital de giro e investimentos, no futuro próximo.

Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais relacionadas a habilidade da Companhia continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nessa premissa.

1.2. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2019, está apresentada a seguir:

Entidade	Data de Constituição	Localidade	Principal Atividade	Tipo de controle	% de participação no capital social	
					2019	2018
Controladas:						
AirFim	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,0	100,0
Sul América Gol Max	14/03/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	-	100,0
Sociedade em conta de participação:						
SCP Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	Indireto	60,0	60,0

1.3. Programa de compliance

Desde 2016, a Companhia adotou uma série de medidas para fortalecer e expandir seus programas de controles internos e *compliance*, dentre as quais se destacam:

- contratação de empresas especializadas para avaliação de riscos e revisão dos controles internos referentes à fraude e corrupção;
- integração das funções de riscos, *compliance* e controles internos através da Diretoria Executiva de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos, com reporte direto a Presidência e acesso independente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário;
- monitoramento das transações com pessoas politicamente expostas;
- aprimoramento dos procedimentos de supervisão da execução de serviços contratados;
- atualização das políticas de compras e do fluxo de gestão de contratos;
- revisão do código de ética, do manual de conduta e de diversas políticas de *compliance* incluindo o treinamento obrigatório massivo.



Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2018, foi firmado em dezembro de 2016 um acordo junto ao Ministério Público Federal ("Acordo"), no qual a Companhia concordou em pagar multas de R\$12 milhões e aperfeiçoar seu programa de *compliance*. Em contra partida ao compromisso do Ministério Público Federal de não propor ações de qualquer natureza relacionadas a atividades que sejam objeto do Acordo, adicionalmente a Companhia pagou R\$4,2 milhões em multas às autoridades fiscais brasileiras.

A GLAI informou voluntariamente o Departamento de Justiça ("DOJ") dos Estados Unidos da América ("EUA"), a *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sobre a investigação externa e independente que foi contratada pela Companhia, e sobre o Acordo. A investigação foi concluída em abril de 2017, e revelou que foram efetuados pagamentos imateriais a pessoas politicamente expostas. Nenhum dos atuais funcionários, representantes ou membros do Conselho ou Administração da GLAI sabiam de qualquer propósito ilegal por trás de qualquer das transações identificadas, ou de qualquer benefício ilícito para a GLAI decorrente das operações investigadas.

A Controladora informou as autoridades competentes o resultado da investigação e continuará comunicando sobre o desdobramento do tema, acompanhando as análises já iniciadas por estes órgãos. Essas autoridades podem impor multas e possivelmente outras sanções à GLAI.

Não houve novos desdobramentos sobre o tema durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional.



A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- aplicações financeiras compostas por fundos exclusivos de investimentos, mensuradas pelo valor justo;
- caixa restrito mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios, conforme detalhado na nota explicativa nº1.1.

3. Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia dd de mm de 2020.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Investimentos

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Caso a investida gere perdas operacionais que façam com que o patrimônio líquido seja negativo, a Companhia adota as disposições previstas no CPC 18 - “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, equivalente ao IAS 28, e não realiza registros adicionais, sendo o resultado de equivalência novamente registrado quando a investida recuperar a totalidade de perdas acumuladas.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras dos fundos de investimento e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

4.3. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros, devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos



diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.3.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente;
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”); e
- a Companhia não optou pela metodologia de valor justo de forma a eliminar inconsistências de mensuração denominadas “descasamento contábil”.

4.3.2. Valor justo

- por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

4.4. Caixa restrito

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas principalmente como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo.

4.5. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Com a adoção do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, a provisão para créditos de liquidação duvidosa passou a ser mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato e não mais com base na perda histórica incorrida, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.



4.6. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

4.7.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.7.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.8. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

4.8.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.



4.8.2. Instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros e combustível. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge* na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. As ineficácias encontradas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos, e os respectivos créditos fiscais somente são reconhecidos quando há expectativa de realização dos mesmos.

4.8.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia (i) cancela a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.9. Depósitos

4.9.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Valores enquadrados nesta categoria são reconhecidos diretamente em resultado em função dos pagamentos realizados na rubrica de “Material de manutenção e reparo”.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados (vide nota explicativa nº14). Até 31 de dezembro de 2019, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

4.9.2. Depósitos para garantia e cauções de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados



mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

4.9.3. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não alcançáveis pela Companhia pendentes de decisão judicial.

4.10. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº16.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. Com exceção de aeronaves classificadas como arrendamento financeiro, os outros itens não possuem valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.10.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

4.10.2. Contratos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2018 os contratos de arrendamento, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado eram transferidos à Companhia, o ativo era reconhecido no balanço patrimonial com contrapartida ao passivo financeiro, no início do prazo do arrendamento, pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, ou se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo de arrendamento.

Os bens arrendados eram depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houvesse razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do



arrendamento mercantil, o ativo era depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os demais arrendamentos de aeronaves e motores eram classificados sob a modalidade operacional e os pagamentos eram reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato, na rubrica de “Arrendamentos operacionais”. Os pagamentos futuros de tais contratos não representavam uma obrigação registrada no balanço, entretanto, os compromissos assumidos estavam devidamente apresentados em notas explicativas.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a registrar os contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento Mercantil”, equivalente ao IFRS 16, que difere significativamente da prática contábil adotada anteriormente.

A nova prática contábil bem como os efeitos de sua adoção estão apresentadas detalhadamente no item 4.24.1 destas demonstrações financeiras.

4.10.3. Transações de venda e retro arrendamento - *Sale-leaseback*

A determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. A fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante.

Uma vez definido o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor justo menos a diferença entre o fluxo de pagamentos dos arrendamentos trazido a valor presente e o financiamento embutido (consideramos que há um financiamento embutido quando a transação é realizada acima do valor justo; quando a transação é realizada abaixo do valor justo consideramos que há um pagamento antecipado e dessa forma, tal valor é ajustado diretamente ao direto de uso reconhecido no ativo).

4.10.4. Capitalização de obrigações contratuais com condições de devolução de aeronaves

A Companhia contabiliza estimativas de gastos na data de início dos contratos de arrendamento para atender condições de devolução de aeronaves como parte do custo dos ativos com contrapartida a uma provisão no passivo. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual e a provisão atualizada de acordo com as taxas de remuneração de capital (“WACC”) vigentes, e os efeitos são registrados na demonstração do resultado como “despesas financeiras”. A provisão é revisada anualmente.

4.10.5. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos ativos, são reconhecidos diretamente no resultado.



4.11. Ativos intangíveis

4.11.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

4.11.2. Vida útil indefinida

4.11.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondente ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pela Companhia. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

4.11.2.2. Direitos de operações em aeroportos (“slots”)

Na combinação de negócios da Companhia e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente quanto ao seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

4.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção do derivativo contratado atrelado ao *Exchangeable Senior Notes*, que está mensurado a valor justo por meio do resultado.

4.13. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.



4.13.1. Fornecedores - risco sacado

A Administração promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante do saldo de fornecedores que se beneficiaram do convênio corresponde a R\$554.467 (R\$365.696 em 31 de dezembro de 2018), conforme descrito na nota explicativa nº21.

4.14. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado no nota explicativa nº4.18.1.

4.15. Provisões

4.15.1. Provisão para devolução de aeronaves

As aeronaves negociadas sob a modalidade de arrendamento operacional regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, etc., conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente no ativo imobilizado e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é registrada na rubrica de “Provisões. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

4.15.2. Provisão para devolução de motores

São estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação mínima. O prazo será baseado na data que se espera a devolução do motor arrendado, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

4.15.3. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos



sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.16. Benefício pós-emprego

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a reconhecer ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.

A Administração avaliou o impacto da não adoção da norma em exercícios anteriores e concluiu que os efeitos eram imateriais não causando prejuízos aos usuários das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas.

4.17. Reconhecimento de receita

4.17.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.17.2. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos (“US\$”) principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Dessa forma a partir de 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a proteger essas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme



previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48, utilizando como instrumentos de *hedge* 50 contratos de arrendamento mercantil registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2).

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, “Ajuste de avaliação patrimonial”, sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil. Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: 50 contratos de arrendamento mercantil atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis com base no intervalo de 80 a 85% de receitas auferidas historicamente, perfazendo um *notional* no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio *spot* USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019 as perdas acumuladas em outros resultados abrangentes corresponde a R\$165.436.

4.18. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e juros sobre empréstimos e financiamentos, juros sobre empréstimos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.19. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

4.20. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:



	Taxa final		Taxa média	
	2019 (não auditado)	2018	2019 (não auditado)	2018
Dólar americano	4,0307	3,8748	4,1102	3,8841
Peso argentino	0,0673	0,1028	0,0686	0,1026

4.21. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração valor adicionado”.

4.22. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº2, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber:

- receita de *breakage* de passagens (nota explicativa nº4.18.1);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº9);
- análise anual do valor recuperável de impostos a recuperar e diferidos (nota explicativa nº12);
- adiantamento a fornecedores e terceiros (nota explicativa nº 13);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa nº14);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas nº16 e nº17);
- análise anual do valor recuperável de ágio (nota explicativa nº17);
- análise de recuperação de *slots* (nota explicativa nº17);
- transportes a executar (nota explicativa nº23);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa nº25);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº25);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa nº25);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa nº28.6);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa nº32); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº32).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.23. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente**4.23.1. CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento Mercantil”, equivalente ao IFRS 16**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou inferior.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os



pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16, não reapresentou informações e saldos em base comparativa. Visto a adoção pelo método retrospectivo modificado, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos e isenções de transição da norma, os quais estão abaixo detalhados:

- a Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, considerando extensões e renegociações ocorridas ao longo do contrato; e
- a Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características similares, considerando os prazos remanescentes dos contratos e a garantia proporcionada pelos ativos.

Na determinação da taxa de desconto a Companhia utilizou como base primordial àquelas contratadas nas operações de captações recentes no mercado europeu e norte-americano, exceto pelos bonds perpétuos e *exchangeable senior notes*, dessa forma concluímos que os efeitos inflacionários embutidos são baixíssimos acrescidos ao fato que 99,3% das obrigações de arrendamentos da Companhia são determinadas em US\$.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, o que resultou na contabilização inicial de 120 contratos de arrendamento de bens aeronáuticos e 14 contratos de arrendamento de bens não aeronáuticos como direito de uso, os efeitos da adoção inicial está demonstrado na tabela a seguir:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (b)
Arrendamento operacional (a)	-	(219.728)	219.728
Direito de uso - contratos aeronáuticos	2.892.836	5.540.621	(2.647.785)
Direito de uso - contratos não aeronáuticos	38.828	46.564	(7.736)
Total	2.931.664	5.367.457	(2.435.793)

(a) Refere-se a parcelas de arrendamento operacional que tiveram seus prazos de vencimento renegociados durante o exercício de 2016.

(b) Diferença entre ativo e passivo em função da adoção da Norma pelo método retrospectivo simplificado e taxa de conversão de USD para BRL para os contratos de aeronaves e motores (ativo pelo câmbio histórico e passivo pelo câmbio na data da adoção).

Os impactos relacionados ao registro dos tributos diferidos para o ajuste de adoção do CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019, não refletiu os efeitos tributários correspondentes na GLA, visto que não apresenta histórico de lucros tributáveis, e atualmente, constitui crédito tributário ativo limitado ao montante de crédito tributário passivo, em consonância com o item nº35 do CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro".

Ainda em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) equivalente ao IFRS 16, a Companhia promoveu algumas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:



	31/12/2018		
	Conforme Divulgado	Reclassificação	Reclassificado
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	1.223.324	(120.118)	1.103.206
Arrendamentos a pagar	-	255.917	255.917
Arrendamentos operacionais	135.799	(135.799)	-
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	5.861.143	(520.542)	5.340.601
Arrendamentos a pagar	-	656.228	656.228
Arrendamentos operacionais	135.686	(135.686)	-

4.23.2. ICPC 22 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, equivalente ao IFRIC 23

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23 que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 “Impostos sobre rendimento” quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 está em vigor desde 1º de janeiro de 2019, com base na avaliação efetuada a Administração concluiu que não há impactos ou necessidades de divulgações adicionais nestas demonstrações financeiras decorrentes da aplicação da norma.

4.24. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Sazonalidade

Em condições econômicas normais a Companhia tem expectativa de que as suas receitas e o resultado operacional de seus voos atinjam seus níveis mais altos durante o período de férias de verão e inverno, em janeiro e julho respectivamente, e nas duas últimas semanas de dezembro, durante a temporada de festividades de final de ano. Dada a grande proporção de custos fixos, essa sazonalidade tende a causar variações nos resultados operacionais entre os trimestres do exercício social.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2019 (não auditado)	2018
Caixa e depósitos bancários	130.551	142.788
Equivalentes de caixa	210.281	110.084
Total	340.832	252.872



A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2019 (não auditado)	2018
Moeda nacional			
Títulos privados	79,6% do CDI	147.581	72.573
Títulos públicos	-	-	39
Fundos de investimento	25,0% do CDI	5.505	23.439
Total moeda nacional		153.086	96.051
Moeda estrangeira			
Títulos privados	1,55%	57.195	14.033
Total moeda estrangeira		57.195	14.033
Total		210.281	110.084

7. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2019 (não auditado)	2018
Moeda nacional			
Títulos públicos	104,2% do CDI	30.208	1.768
Fundos de investimento	50,7% do CDI	2.450	121
Total moeda nacional		32.658	1.889
Moeda estrangeira			
Títulos privados	8,8%	88.106	83.052
Títulos públicos	1,80%	29.684	-
Fundos de investimento	44,9%	2.965	-
Total moeda estrangeira		120.755	83.052
Total		153.413	84.941

8. Caixa restrito

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2019 (não auditado)	2018
Moeda nacional			
Carta fiança - aeronaves	99,0% do CDI	134.216	98.076
Carta fiança - processos judiciais	96,2% do CDI	85.351	38.161
Carta de crédito de contrato de arrendamento	98,5% do CDI	136.438	102.880
Outros depósitos vinculados	55,3% DO CDI	7.471	109.927
Total moeda nacional		363.476	349.044
Moeda estrangeira			
Depósito de margem de <i>hedge</i>	1,6%	74.431	433.304
Total moeda estrangeira		74.431	433.304
Total		437.907	782.348
Circulante		298.521	133.391
Não circulante		139.386	648.957



9. Contas a receber

	2019 (não auditado)	2018
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	406.160	150.562
Agências de viagens	139.362	146.174
Agências de cargas	33.677	40.431
Companhias aéreas parceiras	291	3.243
Outros	19.711	56.251
Total moeda nacional	599.201	396.661
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	121.054	97.488
Agências de viagens	28.524	21.005
Agências de cargas	1.384	1.378
Companhias aéreas parceiras	30.740	23.294
Outros	11.550	5.373
Total moeda estrangeira	193.252	148.538
Total	792.453	545.199
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(16.938)	(11.275)
Total líquido	775.515	533.924

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	2019 (não auditado)	2018
A vencer		
Até 30 dias	372.812	372.339
De 31 a 60 dias	113.318	49.634
De 61 a 90 dias	61.241	21.421
De 91 a 180 dias	118.847	32.101
De 181 a 360 dias	26.103	4.460
Acima de 360 dias	1.330	231
Total a vencer	693.651	480.186
Vencidas		
Até 30 dias	47.959	12.838
De 31 a 60 dias	23.288	4.653
De 61 a 90 dias	3.985	2.620
De 91 a 180 dias	3.009	11.172
De 181 a 360 dias	421	9.858
Acima de 360 dias	3.202	12.597
Total vencidas	81.864	53.738
Total	775.515	533.924

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2019 (não auditado)	2018
Saldos no início do exercício - CPC 38 (IAS 39)	-	(38.520)
Ajuste de adoção inicial - CPC 48 (IFRS 9)	-	2.470
Saldos ajustados no início do exercício	(11.275)	(36.050)
Adições e reversões	(13.494)	9.770
Baixa de montantes incobráveis	7.831	15.005
Saldo no final do exercício	(16.938)	(11.275)



10. Estoques

	2019	2018
	(não auditado)	
Materiais de consumo	14.274	9.290
Peças e materiais de manutenção	184.939	170.851
Total	199.213	180.141

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	2019	2018
	(não auditado)	
Saldos no início do exercício	(12.808)	(12.509)
Adições	(2.168)	(5.023)
Baixas	674	4.724
Saldos no final do exercício	(14.302)	(12.808)

11. Impostos a recuperar

	2019	2018
	(não auditado)	
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar	88.272	54.430
Imposto de renda retido na fonte	3.997	4.653
PIS e COFINS (*)	210.818	124.671
Retenção de impostos de órgãos públicos	1.274	6.812
Imposto de valor agregado recuperável (IVA)	4.566	5.649
Outros	4.676	7.084
Total	313.603	203.299

Circulante 210.571 201.814

Não circulante 103.032 1.485

(*) Durante o exercício a Companhia apurou créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS relativos aos últimos 5 exercícios, no montante total de R\$91.066 tendo sido compensado até a data destas demonstrações financeiras o montante de R\$6.683 relativo a créditos constituídos no exercício de 2019.

12. Impostos diferidos

As posições de passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	2018	Resultado	2019
			(não auditado)
Prejuízos fiscais	5.469	(5.469)	-
Base negativa de contribuição social	1.969	(1.969)	-
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	32.814	(15.302)	17.512
Provisão para perda de impostos	39.832	(651)	39.181
Provisão para perda com outros créditos	143.350	-	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	86.623	(4.005)	82.618
Devolução de aeronaves	62.642	83.597	146.239
Operações com derivativos	5.335	(47.487)	(42.152)
Direitos de voo	(353.226)	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	(174.129)	(9.848)	(183.977)
Estorno da amortização do ágio para fins fiscais	(127.659)	-	(127.659)
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	30.956	33.150	64.106
Outros	76.001	(18.010)	57.991
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(170.023)	14.006	(156.017)



A Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	2019	2018
	(não auditado)	
Prejuízo fiscal de IRPJ	5.017.227	5.631.209
Base negativa de CSLL	5.017.227	5.631.209
Crédito tributário potencial	1.705.857	1.914.611

A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é demonstrada a seguir:

	2019	2018
	(não auditado)	
(Lucro) prejuízo antes do IRPJ e CSLL	201.079	(1.181.089)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(68.367)	401.570
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	26	132
Diferença de alíquota sobre resultado de sucursais	120.629	298.121
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	32.930	(563.454)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(72.457)	(119.589)
Utilização de créditos fiscais em parcelamento especial	-	(3.892)
Imposto de renda e contribuição social total	12.761	12.888
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.245)	(2.041)
Diferido	14.006	14.929
Total imposto de renda e contribuição social	12.761	12.888

13. Adiantamento a fornecedores e terceiros

	2019	2018
	(não auditado)	
Adiantamento Oceanair	31.486	-
Adiantamento a fornecedores nacional	99.030	16.914
Adiantamento a fornecedores internacional	20.956	19.370
Adiantamento para materiais e reparos	48.931	32.111
Total	200.403	68.395
Ajuste a valor presente de adiantamento a fornecedores	(10.604)	-
Total adiantamento a fornecedores	189.799	68.395
Circulante	141.412	68.395
Não circulante	48.387	-

No âmbito do plano de recuperação judicial da Oceanair Linhas Aéreas S.A. ("Oceanair") e da AVB Holding S.A. ("Plano de Recuperação Judicial"), aprovado por seus credores em 5 de abril de 2019 a Companhia: (i) concedeu Empréstimos DIP à Oceanair no valor de R\$31.486.

Em 10 de julho de 2019, no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia apresentou lances vencedores para a aquisição de determinadas unidades produtivas isoladas ("UPIs"), no montante total de US\$77,3 milhões.

O Plano de Recuperação Judicial estabelecia que os empréstimos DIP poderiam ser



compensados contra o preço a ser pago pela Companhia para a aquisição de UPIs.

Em dezembro de 2019, o Poder Judiciário considerou inexecutível o plano de recuperação judicial, e como consequência foi declarada a falência da Avianca Brasil / Oceanair Linhas Aéreas e invalidado o leilão das UPIs.

14. Depósitos

	2019 (não auditado)	2018
Depósitos judiciais	763.735	649.184
Depósito para manutenção	830.282	647.057
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento	245.271	189.666
Total	1.839.288	1.485.907

14.1. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que tais bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2019, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$93.952 e R\$89.664, respectivamente (R\$86.790 e R\$59.880 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia também possui depósitos judiciais decorrentes de ação movida pelo Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (“SNEA”) contra o aumento de 72% nas tarifas aeroportuárias promovidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (“DECEA”). Em 31 de dezembro de 2019, o montante depositado corresponde a R\$239.929 (R\$153.128 em 31 de dezembro de 2018). O mesmo montante encontra-se registrado no passivo circulante na rubrica de “Taxas e tarifas aeroportuárias”.

14.2. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2019 era de R\$213.449 (R\$249.080 em 31 de dezembro de 2018).



- **Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo referente a tais reservas era de R\$616.833 (R\$397.977 em 31 de dezembro de 2018).

14.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas de arrendamento, resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

15. Investimentos

15.1. Composição dos investimentos

As informações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Trip
Informações relevantes dos investimentos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	
Quantidade total de ações	-
Capital social	1.318
Percentual de participação	60,00%
Patrimônio líquido (negativo)	2.091
Patrimônio líquido ajustado	1.254
Resultado líquido do exercício	129
Resultado de equivalência patrimonial	77

	Trip
Informações relevantes dos investimentos em 31 de dezembro de 2018	
Capital social	1.318
Percentual de participação	60,0%
Patrimônio líquido (negativo)	1.962
Patrimônio líquido ajustado	1.177
Resultado líquido do exercício	644
Resultado líquido do exercício ajustado	387

15.2. Movimentação dos investimentos

	Trip
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.177
Resultado de equivalência patrimonial	77
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	1.254

	Trip
Movimentação dos investimentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.333
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	1.333
Resultado de equivalência patrimonial	387
Dividendos e juros sobre capital próprio	(543)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.177

(a) Em 1º de janeiro de 2019, a adoção inicial do CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" (IFRS 16). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº4.24.1.



16. Imobilizado

	Taxa média ponderada (a.a.)	2018	Adoção IFRS 16 (3)	Adições	Baixas (6)	Transferências (5)	2019
(não auditado)							
Equipamentos de voo							
Custo							
Aeronaves - ROU ⁽¹⁾ com opção de compra		565.137	-	-	(13.419)	-	551.718
Aeronaves - ROU sem opção de compra		-	2.821.509	914.532	(161.811)	(12.250)	3.561.980
Peças e motores sobressalentes - próprios		1.583.865	-	191.219	(8.579)	(2.210)	1.764.295
Peças e motores sobressalentes - ROU		-	71.327	39.569	(919)	-	109.977
Benfeitorias em aeronaves e motores		2.443.747	-	887.177	(246.901)	-	3.084.023
Ferramentas		44.121	-	7.599	(552)	2.287	53.455
		4.636.870	2.892.836	2.040.096	(432.181)	(12.173)	9.125.448
Depreciação							
Aeronaves - ROU com opção de compra	5,76%	(222.240)	-	(17.612)	13.420	-	(226.432)
Aeronaves - ROU sem opção de compra	24,90%	-	-	(760.482)	41.105	-	(719.377)
Peças e motores sobressalentes - próprios	7,15%	(590.239)	-	(120.173)	3.638	393	(706.381)
Peças e motores sobressalentes - ROU	33,29%	-	-	(26.745)	-	-	(26.745)
Benfeitorias em aeronaves e motores	40,19%	(1.275.298)	-	(677.092)	234.838	-	(1.717.552)
Ferramentas	10,00%	(21.153)	-	(3.382)	154	(331)	(24.712)
		(2.108.930)	-	(1.605.486)	293.155	62	(3.421.199)
Total líquido - equipamentos de voo		2.527.940	2.892.836	434.610	(139.026)	(12.111)	5.704.249
Imobilizado de uso							
Custo							
Veículos		10.792	-	1.307	(949)	-	11.150
Máquinas e equipamentos		59.316	-	4.073	(386)	-	63.003
Móveis e utensílios		30.301	-	2.600	(316)	-	32.585
Computadores e periféricos - próprios		39.294	-	6.246	(1.591)	-	43.949
Computadores e periféricos - ROU		-	20.619	1.373	-	-	21.992
Equipamentos de comunicação		2.690	-	66	(214)	-	2.542
Equipamentos de segurança		856	-	-	-	-	856
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA ⁽⁴⁾		107.637	-	-	-	-	107.637
Benfeitoria em propriedade de terceiros		58.148	-	973	-	10.086	69.207
Imóveis de terceiros - ROU		-	18.209	994	-	-	19.203
Obras em andamento		15.059	-	12.549	-	(10.086)	17.522
		324.093	38.828	30.181	(3.456)	-	389.646
Depreciação							
Veículos	20,00%	(9.370)	-	(526)	795	-	(9.101)
Máquinas e equipamentos	10,00%	(41.594)	-	(4.122)	313	-	(45.403)
Móveis e utensílios	10,00%	(18.081)	-	(1.976)	296	-	(19.761)
Computadores e periféricos - próprios	20,00%	(30.792)	-	(3.100)	1.548	-	(32.344)
Computadores e periféricos - ROU	36,59%	-	-	(7.682)	-	-	(7.682)
Equipamentos de comunicação	10,00%	(2.089)	-	(153)	162	-	(2.080)
Equipamentos de segurança	10,00%	(533)	-	(82)	-	-	(615)
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA	10,43%	(91.395)	-	(11.280)	-	-	(102.675)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	22,08%	(28.084)	-	(9.490)	-	-	(37.574)
Imóveis de terceiros - ROU	32,56%	-	-	(6.301)	-	-	(6.301)
		(221.938)	-	(44.712)	3.114	-	(263.536)
Total líquido - imobilizado de uso		102.155	38.828	(14.531)	(342)	-	126.110
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(48.839)	-	-	7.120	-	(41.719)
Total		2.581.256	2.931.664	420.079	(132.248)	(12.111)	5.788.640
Adiantamento a fornecedores	-	31.189	-	38.358	(45.235)	-	24.312
Total imobilizado		2.612.445	2.931.664	458.437	(177.483)	(12.111)	5.812.952



	Taxa média ponderada (a.a.)	2017	Adições	Baixas ⁽⁶⁾	Transferências ⁽⁵⁾	2018
Equipamentos de voo						
Custo						
Aeronaves - ROU ⁽¹⁾ com opção de compra	-	1.677.853	-	(1.112.716)	-	565.137
Peças e motores sobressalentes - próprios	-	1.345.161	242.655	(3.951)	-	1.583.865
Benfeitorias em aeronaves e motores	-	1.807.134	759.482	(122.869)	-	2.443.747
Ferramentas	-	36.199	8.078	(156)	-	44.121
		4.866.347	1.010.215	(1.239.692)	-	4.636.870
Depreciação						
Aeronaves - ROU com opção de compra	5,76%	(649.430)	(44.578)	471.768	-	(222.240)
Peças e motores sobressalentes - próprios	6,91%	(494.684)	(128.169)	32.610	4	(590.239)
Benfeitorias em aeronaves e motores	30,47%	(941.372)	(441.771)	107.845	-	(1.275.298)
Ferramentas	10,00%	(18.124)	(3.107)	82	(4)	(21.153)
		(2.103.610)	(617.625)	612.305	-	(2.108.930)
Total líquido - equipamentos de voo		2.762.737	392.590	(627.387)	-	2.527.940
Imobilizado de uso						
Custo						
Veículos		10.016	878	(102)	-	10.792
Máquinas e equipamentos		57.785	1.919	(388)	-	59.316
Móveis e utensílios		27.759	2.955	(413)	-	30.301
Computadores e periféricos - próprios		38.447	3.898	(3.051)	-	39.294
Equipamentos de comunicação		2.617	83	(10)	-	2.690
Equipamentos de segurança		842	14	-	-	856
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA ⁽⁴⁾		107.127	436	-	74	107.637
Benfeitoria em propriedade de terceiros		33.537	656	-	23.955	58.148
Obras em andamento		32.392	6.696	-	(24.029)	15.059
		310.522	17.535	(3.964)	-	324.093
Depreciação						
Veículos	20,00%	(8.983)	(475)	88	-	(9.370)
Máquinas e equipamentos	10,00%	(37.776)	(4.180)	362	-	(41.594)
Móveis e utensílios	10,00%	(16.572)	(1.878)	369	-	(18.081)
Computadores e periféricos - próprios	20,00%	(30.170)	(3.642)	3.020	-	(30.792)
Equipamentos de comunicação	10,00%	(1.915)	(180)	6	-	(2.089)
Equipamentos de segurança	10,00%	(437)	(96)	-	-	(533)
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA	10,43%	(80.209)	(11.186)	-	-	(91.395)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	19,00%	(19.842)	(8.242)	-	-	(28.084)
		(195.904)	(29.879)	3.845	-	(221.938)
Total líquido - imobilizado de uso		114.618	(12.344)	(119)	-	102.155
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾		(26.076)	-	(22.763)	-	(48.839)
Total		2.851.279	380.246	(650.268)	-	2.581.256
Adiantamento a fornecedores		18.720	210.249	(193.751)	(4.029)	31.189
Total imobilizado		2.869.999	590.495	(844.020)	(4.029)	2.612.445

(1) ROU - Direito de uso

(2) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotáveis*, classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício econômico.

(3) Efeitos de adoção do IFRS 16, conforme divulgado na nota explicativa nº 4.24.1.

(4) CMA - Centro de manutenção - Confins/MG

(5) Transferência de outros créditos GAC.



17. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível está apresentada a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	2018	Adições	Baixas	2019
(não auditado)					
Custo					
Ágio		542.302	-	-	542.302
Slots		1.038.900	-	-	1.038.900
Softwares		457.191	42.400	(9.063)	490.528
Total custo		2.038.393	42.400	(9.063)	2.071.730
Amortização					
Softwares	22,03%	(301.038)	(50.917)	8.665	(343.290)
Total amortização		(301.038)	(50.917)	8.665	(343.290)
Intangível líquido		1.737.355	(8.517)	(398)	1.728.440

	Taxa média ponderada (a.a.)	2017	Adições	Baixas	2018
Custo					
Ágio		542.302	-	-	542.302
Slots		1.038.900	-	-	1.038.900
Softwares		402.053	62.544	(7.406)	457.191
Total custo		1.983.255	62.544	(7.406)	2.038.393
Amortização					
Softwares	20,62%	(273.518)	(34.926)	7.406	(301.038)
Total amortização		(273.518)	(34.926)	7.406	(301.038)
Intangível líquido		1.709.737	27.618	-	1.737.355

Os saldos de ágio e dos slots foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC"). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

A Companhia realiza a alocação do ágio conforme apresentado a seguir:

	Goodwill GLA	Direitos de operação em aeroportos
31 de dezembro de 2019 (não auditado)		
Valor contábil	542.302	1.038.900
Valor contábil - UGC	3.823.870	3.615.949
Valor em uso	26.543.428	21.373.789
Taxa de desconto	12,20%	12,85%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,55%	3,53%
31 de dezembro de 2018		
Valor contábil	542.302	1.038.900
Valor contábil - UGC	(275.500)	-
Valor em uso	23.058.697	5.069.156
Taxa de desconto	14,91%	14,50%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e,



como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de sua UGC.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal input para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - “ANP”) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).



18. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

			2018									2019		
	Vencimento	Taxa efetiva de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos	Circulante	Não circulante	Total
(não auditado)														
Em R\$:														
Debêntures VII	09/2021	120% da taxa DI	288.991	577.981	866.972	-	(295.834)	52.596	(52.475)	-	7.466	289.423	289.302	578.725
Em US\$:														
Financiamento de importação (a)	11/2020	5,32%	503.869	-	503.869	164.234	(27.399)	33.666	(33.743)	23.352	-	663.979	-	663.979
Linha de crédito - manutenção de motores (b)	09/2024	2,75%	173.422	189.888	363.310	500.199	(403.039)	14.160	(15.570)	7.578	9.204	198.363	277.479	475.842
Empréstimo com garantia de motores (c)	12/2026	5,16%	13.051	120.557	133.608	56.452	(16.945)	11.398	(11.394)	9.285	144	31.727	150.821	182.548
Total			979.333	888.426	1.867.759	720.885	(743.217)	111.820	(113.182)	40.215	16.814	1.183.492	717.602	1.901.094

- (a) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiar a importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Os vencimentos ocorrerão ao longo do ano de 2020. As taxas de juros negociadas são Libor 3m+4,40% a.a. e Libor 1m+3,25% a.a.
- (b) Emissão de 3 séries de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores.
- (c) Empréstimos com garantia de 5 motores no total, realizado em 28 de junho de 2018. As taxas contratadas variam entre Libor 6m+2,35% a.a. até Libor 6m+4,25% a.a.



O total de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 incluem custos de captação de R\$24.001 (R\$29.785 em 31 de dezembro de 2018) que são amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos.

18.1. Novas captações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

18.1.1. Financiamentos de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia captou recursos e renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias como garantia das operações. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito que a Companhia mantém para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As informações acerca de tais alterações dos financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante		Taxa de juros (a.a.)
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	
(não auditado)			
Novas captações			
24/01/2019	6.454	24.409	6,57%
04/02/2019	5.924	21.777	6,52%
21/02/2019	7.069	26.576	6,46%
18/04/2019	7.045	27.737	4,98%
05/07/2019	4.334	16.560	5,93%
20/08/2019	3.396	13.729	4,37%
19/11/2019	7.172	30.466	4,46%
18/12/2019	735	2.980	5,74%
	42.129	164.234	

18.1.2. Linha de crédito - manutenção de motores

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia obteve novas linhas de financiamento por meio da emissão de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para a realização de serviços de manutenção de motores junto à oficina da Delta Air Lines. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante		Custos		Taxa de juros (a.a.)
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)	
(não auditado)					
15/02/2019	10.219	37.969	319	1.185	Libor 3m+0,75% a.a.
10/05/2019	10.219	40.444	289	1.143	Libor 3m+0,70% a.a.
30/08/2019	25.722	106.659	922	3.818	Libor 3m+0,60% a.a.
07/10/2019	54.784	226.724	340	1.408	Libor 3m+2,25% a.a.
06/12/2019	23.658	107.452	693	2.895	Libor 3m+0,55% a.a.
	124.602	519.248	2.563	10.449	

18.1.3. Empréstimo com garantia de motores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou captações de financiamentos com garantia de motores próprio da Companhia. As informações acerca de tais alterações dos financiamentos estão apresentadas a seguir:



Data da operação	Principal		Custos		Taxa de juros (a.a.)
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)	
(não auditado)					
22/01/2019	11.700	43.129	154	580	Libor 3m+0,75% a.a.
24/04/2019	1.161	4.603	-	-	Libor 1m+3,25% a.a.
13/06/2019	1.161	4.463	-	-	Libor 1m+3,25% a.a.
30/09/2019	1.161	4.837	-	-	Libor 1m+3,25% a.a.
	15.183	57.032	154	580	

18.1.4. Empréstimos e financiamentos - não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
(não auditado)						
Em R\$:						
Debêntures VII	289.302	-	-	-	-	289.302
Em US\$:						
Linha de crédito - manutenção de motores	95.574	17.747	17.747	146.411	-	277.479
Empréstimo com garantia de motores	18.377	19.052	19.769	20.522	73.101	150.821
Total	403.253	36.799	37.516	166.933	73.101	717.602

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2019, são conforme segue:

	Contábil	Valor justo
(não auditado)		
Debêntures	578.725	591.666
Demais empréstimos	1.322.369	1.322.369
Total	1.901.094	1.914.035

18.2. Condições contratuais restritivas

Em 31 de dezembro de 2019, os financiamentos de longo prazo no valor total de R\$717.602 (R\$888.426 em 31 de dezembro de 2018), possuíam cláusulas e restrições contratuais, incluindo, porém não limitados, àquelas que obrigam a Companhia manter a liquidez definida da dívida e da cobertura de despesas com taxa de juros.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) nas Debêntures VII.

Nas Debêntures VII, foram medidos: (i) dívida líquida / resultado antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e as despesas com arrendamento ("EBITDAR"), e (ii) índice de cobertura de dívida ("ICSD"), e encontram-se dentro dos padrões exigidos contratualmente. A obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores conforme a escritura de emissão é semestral. Sendo que a próxima medição ocorrerá ao final do primeiro semestre de 2020.



19. Arrendamentos a pagar

		2018															
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adoção IFRS 16 ⁽¹⁾	Adições	Baixas	Alteração contratual	Pagamentos	Pagamento (Depósito em garantia)	Pagamento (Reserva de manutenção)	Juros incorridos	Pagamento de juros	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
															(não auditado)		
Em R\$:																	
Arrendamentos sem opção de compra	12,92%	-	-	-	46.564	2.366	-	-	(16.834)	-	-	9.501	-	-	20.534	21.063	41.597
Total		-	-	-	46.564	2.366	-	-	(16.834)	-	-	9.501	-	-	20.534	21.063	41.597
Em US\$:																	
Arrendamentos com opção de compra	3,75%	120.118	520.542	640.660	-	-	137	-	(113.362)	-	-	22.932	(23.304)	21.766	128.937	419.892	548.829
Arrendamentos sem opção de compra	8,55%	-	-	-	5.540.621	954.099	(7.676)	(275.921)	(1.437.957)	(476)	(6.498)	469.621	-	223.332	1.253.995	4.205.150	5.459.145
Arrendamentos outros		135.799	135.686	271.485	(219.728)	-	-	-	(48.273)	-	-	-	-	(3.484)	-	-	-
Total		255.917	656.228	912.145	5.320.893	954.099	(7.539)	(275.921)	(1.599.592)	(476)	(6.498)	492.553	(23.304)	241.612	1.382.932	4.625.042	6.007.974
Total arrendamentos		255.917	656.228	912.145	5.367.457	956.465	(7.539)	(275.921)	(1.616.426)	(476)	(6.498)	502.054	(23.304)	241.612	1.403.466	4.646.105	6.049.571

(1) Efeitos da adoção do CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" (IFRS 16), conforme divulgado na nota explicativa nº 4.24.1.



Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

	Sem opção de compra	Com opção de compra	
	2019	2019	2018
	(não auditado)	(não auditado)	
2019	-	-	140.307
2020	1.689.735	148.613	140.080
2021	1.322.936	148.744	139.852
2022	1.124.328	207.654	139.624
2023	904.627	72.801	69.985
2024 em diante	1.938.986	16.829	65.776
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	6.980.612	594.641	695.624
Menos total de juros	(1.479.870)	(45.812)	(54.964)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	5.500.742	548.829	640.660
Menos parcela do circulante	(1.274.529)	(128.937)	(120.118)
Parcela do não circulante	4.226.213	419.892	520.542

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 8,15% em 31 de dezembro de 2019 (3,72% em 31 de dezembro de 2018).

Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos de arrendamento.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves sob a modalidade de arrendamentos financeiros para 15 anos por meio da utilização do mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento, denominado (“SOAR”) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2019, os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento correspondem a R\$59.369 (R\$49.635 em 31 de dezembro de 2018) e estão apresentados juntamente com as obrigações de arrendamentos a pagar no passivo circulante e passivo não circulante.

20. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
	(não auditado)	
Moeda nacional	747.233	856.496
Moeda estrangeira	456.404	569.768
Total	1.203.637	1.426.264
Circulante	1.190.236	1.302.868
Não circulante	13.401	123.396

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a ser pago às empresas ligadas registrado na rubrica de fornecedores era de R\$1.822 (R\$1.107 em 31 de dezembro de 2018), e refere-se substancialmente a transações junto à Viação Piracicabana Ltda.

21. Fornecedores - Risco sacado

A Companhia possui operações que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado no passivo circulante decorrente das operações de risco sacado era de R\$554.467 (R\$365.696 em



31 de dezembro de 2018).

22. Impostos a recolher

	31/12/2019 (não auditado)	31/12/2018
PIS e COFINS	36.840	33.278
Parcelamento - PRT e PERT	2.117	8.271
IRRF sobre salários	53.722	34.072
ICMS	424	46.952
IRPJ e CSLL a recolher	9	70
Outros	9.992	7.841
Total	103.104	130.484
Circulante	103.020	83.619
Não circulante	84	46.865

23. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$1.765.822 (R\$1.528.067 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 6.239.179 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (5.804.941 em 31 de dezembro de 2018) com prazo médio de utilização de 59 dias (57 dias em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage* R\$415.688 em 31 de dezembro de 2019 (R\$359.123 em 31 de dezembro de 2018).

24. Adiantamento de clientes

	31/12/2019 (não auditado)	31/12/2018
Compra antecipada de passagens	970.899	1.296.077
Outros adiantamentos	4.718	8.663
Total	975.617	1.304.740
Circulante	975.617	1.166.680
Não circulante	-	138.060



25. Provisões

	Provisões Benefício pós- emprego	Provisões para devolução de aeronaves e motores	Processos judiciais (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	652.134	226.346	878.480
Passivo atuarial no início do exercício	46.496	-	-	46.496
Provisões adicionais reconhecidas	45.952	357.206	179.454	582.612
Provisões realizadas	-	(166.287)	(141.166)	(307.453)
Ajuste a valor presente	4.312	-	-	4.312
Variação cambial	-	26.025	(404)	25.621
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	96.760	869.078	264.230	1.230.068
Em 31 de dezembro de 2019				
Circulante	-	203.816	-	203.816
Não circulante	96.760	665.262	264.230	1.026.252
Total	96.760	869.078	264.230	1.230.068
Em 31 de dezembro de 2018				
Circulante	-	70.396	-	70.396
Não circulante	-	581.738	226.346	808.084
Total	-	652.134	226.346	878.480

(a) As provisões realizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

25.1. Provisões para benefício pós-emprego

A Companhia oferece a seus colaboradores plano de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigação de benefício pós-emprego.

As movimentações dos ativos e passivos atuariais relacionados ao benefício pós-emprego, preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	2019 (não auditado)
Passivo atuarial no início do exercício	46.496
Custo do serviço corrente reconhecido no resultado	4.910
Custo dos juros reconhecido no resultado	4.311
Contribuições da patrocinadora	(2)
Efeito da alteração de premissas financeiras	34.305
Efeito da experiência do plano	6.740
Passivo atuarial no final do exercício	96.760
Premissas atuariais	
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	
Taxa nominal de desconto	7,23%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,50%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica	6,86%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido	
Taxa nominal de desconto	9,93%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica	7,38%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%



25.2. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A contrapartida é capitalizada no imobilizado, na rubrica de “Benfeitorias em aeronaves e motores”.

25.3. Processos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como –prováveis, –possíveis, ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão registrados, mas sua natureza será divulgada.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Perda provável		Perda possível	
	2019	2018	2019	2018
	(não auditado)		(não auditado)	
Cíveis	76.146	61.673	61.316	60.901
Trabalhistas	186.251	163.340	215.370	172.551
Tributários	1.834	1.333	450.560	419.782
Total	264.231	226.346	727.246	653.234

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Os processos de natureza tributária apresentadas abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2019:

- A GLA discute a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e peças, no montante de R\$82.301 (R\$65.679 em 31 de dezembro de 2018). De acordo com a opinião de nossos consultores jurídicos, a classificação de risco possível decorre do fato de que não houve revogação expressa da desoneração fiscal (alíquota zero) concedida às empresas regulares de transporte aéreo.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$24.809 (R\$22.927 em 31 de dezembro de 2018) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as



matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.

- Multa aduaneira no montante de R\$64.923 (R\$49.079 em 31 de dezembro de 2018) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF Air Holdings (“BSSF”), no montante de R\$110.741 (R\$107.579 em 31 de dezembro de 2018) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio GLA (decorrente da aquisição da antiga VRG) no montante de R\$86.998 (R\$83.704 em 31 de dezembro de 2018) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$80.788 (R\$90.815 em 31 de dezembro de 2018) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$450.560 em 31 de dezembro de 2019 (R\$419.782 em 31 de dezembro de 2018).

26. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e totalmente integralizado pelos acionistas era de R\$4.554.280 (não auditado), correspondente a 5.262.146.049 ações, sendo 3.773.911.676 ações ordinárias e 1.488.234.373 ações preferenciais.

27. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível ao acionista controlador da Companhia e a média ponderada das ações em circulação. Devido à inexistência de títulos com potencial de diluição, não existem diferenças entre os resultados básico e diluído por ação.

	2019	2018
	(não auditado)	
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	213.840	(1.168.201)
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	5.262.146	5.262.146
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluídas (em milhares)	5.262.146	5.262.146
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,041	(0,222)



28. Transações com partes relacionadas**28.1. Créditos e obrigações com partes relacionadas - ativo e passivo não circulante**

Credor	Devedor	Tipo de operação	Vencimento	Taxa a.a.	Saldos	
					31/12/2019 (não auditado)	31/12/2018
GLA	Smiles Fidelidade / Smiles Viagens	Repasse	Até 360 dias	-	199.256	48.758
GLAI	GLA	Mútuo	05/2020	6,28%	(507.407)	(82.655)
GAC	GLA	Mútuo	03/2025	(*)	(1.018.370)	(232.488)
Gol Finance	GLA	Mútuo	08/2025	5,10%	(1.914.940)	(1.979.000)
Smiles Fidelidade	GLA	Repasse	12/2032	-	(12.099)	(11.470)
Total					(3.253.560)	(2.256.855)
Total ativo não circulante					199.256	48.758
Total passivo não circulante					(3.452.816)	(2.305.613)

(*) Conforme legislação local, a Companhia aplica juros simbólicos.

28.2. Serviços de transporte e de consultoria

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou contratos relacionados a serviços de transportes com as empresas listadas a seguir:

- **Mobitrans Administração e Participações S.A.:** serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência por prazo indeterminado
- **Viação Piracicabana Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até 30 de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019 a companhia reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$10.560 (R\$9.358 em 31 de dezembro de 2018). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$1.822 (R\$1.107 em 31 de dezembro de 2018), e refere-se substancialmente a transações junto à Viação Piracicabana Ltda.

28.3. Contratos de abertura de conta UATP ("Universal Air Transportation Plan") com concessão de limite de crédito

A GLA celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE; Breda Transportes e Serviços S.A.; Comporte Participações S.A.; Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa de Ônibus Pássaro Marron S.A.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmat Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda., com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

28.4. Contratos de parceria comercial estratégica e manutenção

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica de cooperação comercial junto à AirFrance-KLM. Em 1º de janeiro de 2017 foi celebrada uma



ampliação do escopo para inclusão de serviços de manutenção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os gastos com manutenção de componentes realizadas junto à oficina da AirFrance-KLM foram de R\$284.691 (R\$128.569 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui receitas diferidas como “Outras obrigações” (R\$8.565 em 31 de dezembro de 2018) e possui R\$142.241 na rubrica de “Fornecedores” no passivo circulante (R\$170.673 em 31 de dezembro de 2018).

28.5. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2019	2018
	(não auditado)	
Salários, bônus e benefícios	38.551	44.475
Encargos sociais	12.948	8.720
Remuneração baseada em ações	5.750	8.745
Total	57.249	61.940

	2019	2018
	(não auditado)	
Número de executivos		
Conselho da administração	3	3
Diretores estatutários	4	5
Diretores não estatutários	22	26
Total	29	34

28.6. Remuneração baseada em ações

Por meio de sua controladora GLAI, é realizada a concessão de remuneração adicional a seus administradores através de outorgas dos planos de opções e ações restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia e fortalecer o comprometimento e produtividade destes executivos nos resultados de longo prazo. Os instrumentos patrimoniais concedidos aos beneficiários das outorgas são emitidos pela GLAI e os valores apurados são registrados pela Companhia na rubrica de despesas com pessoal. As despesas dos planos apropriadas correspondem a R\$39.909 em 31 de dezembro de 2019 (não auditado), (R\$17.091 em 31 de dezembro de 2018).

28.7. Contrato de venda antecipada de passagens

	31/12/2019	31/12/2018
	(não auditado)	
Compra antecipada de passagens	970.899	1.296.077
Total	970.899	1.296.077
Circulante	970.899	1.158.017
Não circulante	-	138.060

A Companhia possui contratos de adiantamentos para compra antecipada de passagens com a Smiles Fidelidade. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de adiantamentos em aberto eram remunerados pela taxa média ponderada de 6,71% a.a. (8,97% a.a. em 31 de dezembro de 2018), com contrapartida registrada no resultado financeiro na rubrica “Descontos concedidos”.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, a Smiles Fidelidade realizou as seguintes antecipações e/ou utilizações à Companhia:



Compra antecipada de passagens	
Saldos no início do exercício	1.296.077
Recebimento referente a contrato firmado em 01/04/2019	100.789
Recebimento referente a contrato firmado em 28/06/2019	84.141
Recebimento referente a contrato firmado em 31/07/2019	108.554
Recebimento referente a contrato firmado em 30/09/2019	208.436
Recebimento referente a contrato firmado em 10/12/2019	238.096
Juros auferidos	74.160
Venda de passagens aéreas	(1.139.354)
Saldos no final do exercício (não auditado)	970.899

29. Receita de vendas

	2019	2018
	(não auditado)	
Transporte de passageiros (*)	12.977.805	10.690.337
Transporte de cargas	411.054	400.959
Outras receitas	134.499	113.680
Receita bruta	13.523.358	11.204.976
Impostos incidentes	(466.662)	(583.452)
Receita líquida	13.056.696	10.621.524

(*) Do montante total, o valor de R\$583.235 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é composto de receitas por não comparecimento de passageiros, remarcação, cancelamento de passagens (R\$479.136 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

A receita por localidade geográfica é como segue:

	2019	%	2018	%
	(não auditado)			
Doméstico	10.897.585	83,5	8.939.668	84,2
Internacional	2.159.111	16,5	1.681.856	15,8
Receita líquida	13.056.696	100,0	10.621.524	100,0



30. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	2019	2018
	(não auditado)	
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.671.566)	(1.215.324)
Combustíveis e lubrificantes	(4.047.344)	(3.867.673)
Arrendamento de aeronaves	-	(1.112.837)
Material de manutenção e reparo	(569.229)	(570.333)
Gastos com passageiros	(578.744)	(474.117)
Prestação de serviços	(129.802)	(104.871)
Tarifas de pouso e decolagem	(759.774)	(743.362)
Depreciação e amortização	(1.664.381)	(630.112)
Outros custos operacionais	(331.122)	(245.001)
Total custos dos serviços prestados	(9.751.962)	(8.963.630)
Despesas comerciais		
Pessoal	(36.820)	(32.526)
Prestação de serviços	(314.969)	(252.726)
Comerciais e publicidade	(587.107)	(507.415)
Outras despesas comerciais	(31.963)	(22.865)
Total despesas comerciais	(970.859)	(815.532)
Despesas administrativas		
Pessoal	(557.283)	(569.866)
Prestação de serviços	(289.528)	(276.921)
Depreciação e amortização	(36.734)	(21.045)
Outras despesas administrativas	(320.327)	(185.673)
Outras receitas administrativas	179.760	369.360
Total despesas administrativas	(1.024.112)	(684.145)
Outras (despesas) receitas operacionais		
Outras receitas operacionais (a)	281.190	-
Total outras receitas operacionais, líquidas	281.190	-
Total	(11.465.743)	(10.463.307)

(a) O montante é principalmente relativo a remensuração do passivo de arrendamento..



31. Resultado financeiro

	2019 (não auditado)	2018
Receitas financeiras		
Ganhos com derivativos	84.862	17.838
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	149.794	78.905
Variações monetárias	31.974	18.715
(-) Impostos sobre receitas financeiras (a)	(16.416)	(4.579)
Outros	46.547	22.316
Total receitas financeiras	296.761	133.195
Despesas financeiras		
Perdas com derivativos	(86.990)	(51.674)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(445.229)	(457.569)
Comissões e despesas bancárias	(47.777)	(47.846)
Juros de operações de arrendamento (b)	(487.787)	-
Descontos concedidos	(74.160)	(127.251)
Perdas com aplicações financeiras e fundos de investimentos	(111.564)	(33.924)
Outros	(128.336)	(103.444)
Total despesas financeiras	(1.381.843)	(821.708)
Variação cambial, líquida	(304.869)	(651.180)
Total	(1.389.951)	(1.339.693)

(a) Relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015.

(b) O montante refere-se ao ajuste a valor presente do direito de uso oriundo da adoção do CPC 06 (R2). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº4.24.1.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia aos riscos financeiros de mercado (preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira (“CPF”) em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (“CPR”) e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo trimestralmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.



32.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo Amortizado	
	2019	2018	2019	2018
	(não auditado)		(não auditado)	
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	5.505	23.478	335.327	229.394
Aplicações financeiras	153.413	84.941	-	-
Caixa restrito	437.907	782.348	-	-
Direitos com operações de derivativos	3.500	-	-	-
Contas a receber	-	-	775.515	533.924
Depósitos (a)	-	-	1.075.553	836.723
Outros créditos	-	-	99.274	106.528
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.901.094	2.508.419
Fornecedores	-	-	1.203.637	1.426.264
Fornecedores - Risco sacado	-	-	554.467	365.696
Obrigações com operações de derivativos	20.350	409.662	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-	6.049.571	271.485
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	-	728.339	556.299
Outras obrigações	-	-	69.253	32.216

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº14.



32.2. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Derivativos			Não derivativo	
	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo					
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2018	(363.268)	(46.394)	-	-	(409.662)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	-	-	1.207	-	1.207
Ganhos (perdas) reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	299.910	(205.383)	-	-	94.527
Pagamentos (recebimentos) durante o período	43.008	251.777	2.293	-	297.078
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	(20.350)	-	3.500	-	(16.850)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(378.702)	(121.320)	-	-	(500.022)
Ganhos (perdas) reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	299.910	(205.383)	-	-	94.527
Ajustes de hedge accounting de Receita	-	-	-	(188.267)	(188.267)
Reversões líquidas para o resultado	25.549	15.339	-	22.831	63.719
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	(53.243)	(311.364)	-	(165.436)	(530.043)
Despesas ou receitas apropriadas	(25.549)	(15.339)	1.207	165.436	125.755
Classificação dos efeitos no resultado					
Receita líquida					(18.806)
Combustível					(28.892)
Taxa de juros					(8.662)
Ganhos e perdas com derivativos					(2.128)
Variação cambial					184.243
Total (não auditado)					125.755

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adota *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor), e para proteção de combustível aeronáutico e proteção de receitas futuras em moeda estrangeira.

O *hedge* de fluxo de caixa estão programados para realização e consequente reclassificação para despesa de acordo com os períodos a seguir:

	2021	2022	2023	2024
(não auditado)				em diante
Derivativos de juros	(26.500)	(28.275)	(26.430)	(210.922)
Derivativos de receita	(37.091)	(35.888)	(35.442)	(18.511)
Derivativos de combustível	(17.521)	-	-	-
Expectativa de realização (*)	(81.112)	(64.163)	(61.872)	(229.433)

(*) Os valores negativos representam perdas.

32.3. Riscos de mercado

32.3.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do



combustível, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2019, opção de compra (*calls*) e derivativos de *Collar*, de *Brent* e *WTI*. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu perdas totais na demonstração do resultado no montante total de R\$25.549 relativos aos derivativos de combustível (ganhos de R\$ 39.675 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia utiliza diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *collars*, *swaps* e opções.

A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o Índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período.

Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar nas estratégias de Gestão de Risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia tem protegido por contratos de *hedge* aproximadamente 68,2% do seu consumo de combustível para o ano de 2020, a um preço médio de aproximadamente US\$65.2 por barril.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía operações de derivativos de combustível designados como *hedge accounting*, vide nota explicativa 32.2.

A análise de sensibilidade a variação do preço do combustível de aviação está apresentada na nota explicativa nº 32.6.2.

32.3.2. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* (“BPV”) de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de taxa de juros Libor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu uma perda total com operações de *hedge* de juros no valor de R\$15.339 (perda de R\$35.708 no exercício findo em 31 de dezembro 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas possuem contratos de derivativos de juros Libor designados como *hedge accounting*.



A análise de sensibilidade a variação do preço do combustível de aviação está apresentada na nota explicativa nº 32.6.3.

32.3.3. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu um ganho total com operações de *hedge* de câmbio no valor de R\$1.207 (R\$9.272 em 31 de dezembro de 2018).

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	2019	2018
	(não auditado)	
Ativos		
Caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	321.581	659.286
Contas a receber	193.252	148.538
Impostos a recuperar	5.067	-
Depósitos	1.075.553	836.723
Direitos com operações de derivativos	3.500	-
Total do ativo	1.558.953	1.644.547
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	(1.322.369)	(1.000.787)
Fornecedores estrangeiros	(456.404)	(827.281)
Obrigações com operações de derivativos	(20.350)	(409.662)
Arrendamentos a pagar	(6.007.974)	(912.145)
Total do passivo	(7.807.097)	(3.149.875)
Total da exposição cambial passiva	(6.208.144)	(1.505.328)
Total da exposição cambial R\$	(6.208.144)	(1.505.328)
Total da exposição cambial US\$	(1.540.215)	(388.492)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,0307	3,8748

(*) Em 1º de janeiro de 2019, em decorrência da adoção do IFRS 16, as obrigações correspondentes aos contratos de arrendamento operacional passaram a ser reconhecidas no balanço, vide nota explicativa nº4.1.1, assim como, o correspondente direito de uso associado a esta obrigação.

A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

32.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a



contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

32.5. Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	911.816	311.294	931.848	53.822	2.208.780
Arrendamentos a pagar	1.256.348	1.017.350	5.859.832	967.404	9.100.934
Fornecedores	1.190.236	-	13.401	-	1.203.637
Fornecedores - Risco sacado	554.467	-	-	-	554.467
Outras obrigações	57.926	-	11.327	-	69.263
Taxas e tarifas aeroportuárias	728.339	-	-	-	728.339
Obrigações com operações de derivativos	9.080	-	11.270	-	20.350
Em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	4.708.212	1.328.644	6.827.678	1.021.226	13.885.770
Empréstimos e financiamentos	779.619	319.832	1.357.224	51.744	2.508.419
Arrendamentos a pagar	135.799	-	135.686	-	271.485
Fornecedores	1.302.846	22	123.396	-	1.426.264
Fornecedores - Risco sacado	365.696	-	-	-	365.696
Em 31 de dezembro de 2018	2.583.960	319.854	1.616.306	51.744	4.571.864

32.6. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia (sendo este o de manutenção dos níveis de mercado); deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Os quadros a seguir demonstram a análise de sensibilidade sobre a exposição cambial, posição de derivativos em aberto e as taxas de juros em 31 de dezembro de 2019 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia. Os valores apresentados positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos).



32.6.1. Fator de risco de câmbio

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$4,0307/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2019:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	4,0307	6.208.144
	(não auditado)	
Desvalorização do dólar (-50%)	2,0154	3.104.072
Desvalorização do dólar (-25%)	3,0230	1.552.036
Valorização do dólar (+25%)	5,0384	(1.552.036)
Valorização do dólar (+50%)	6,0461	(3.104.072)

32.6.2. Fator de risco de combustível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detém contratos de derivativos de petróleo para proteção equivalente a 68,2% do consumo de 12 meses, proteção acumulada equivalente a 41,7% do consumo acumulado de 24 meses. Os cenários prováveis utilizados pela Companhia são as curvas de mercado no fechamento do dia 31 de dezembro de 2019, tanto para derivativos que protegem o risco de preço do combustível quanto para os derivativos que protegem o risco de taxa de juros Libor. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade da oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico:

	Combustível	
	US\$/bbl (WTI)	R\$ (000)
	(não auditado)	
Queda nos preços/barril (-50%)	28,42	(942.142)
Queda nos preços/barril (-25%)	42,62	(557.695)
Aumento nos preços/barril (+25%)	71,04	345.830
Aumento nos preços/barril (+50%)	85,25	826.924

32.6.3. Fator de risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas e posição em derivativos de juros Libor. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2019 (vide nota explicativa nº18) e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)
Risco	Aumento da taxa CDI
	(não auditado)
Taxas referenciais	4,40%
Valores expostos (cenário provável) (b)	26.297
Cenário favorável remoto (-50%)	(1.612)
Cenário favorável possível (-25%)	(806)
Cenário adverso possível (+25%)	806
Cenário adverso remoto (+50%)	1.612

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a Libor, valor negativo significa captação maior do que aplicação.

(b) Saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2019.



Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

		2019		2018	
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
(não auditado)					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	5.505	5.505	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	-	-	23.478	23.478
Aplicações financeiras	Nível 1	153.413	153.413	1.768	1.768
Aplicações financeiras	Nível 2	-	-	83.174	83.174
Caixa restrito	Nível 2	437.907	437.907	782.348	782.348
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	3.500	3.500	-	-
Obrigações com operações de derivativos	Nível 1	(20.350)	(20.350)	(409.662)	(409.662)

33. Transações que não afetaram o caixa

	2019	2018
(não auditado)		
Adoção inicial - IFRS 16 (Imobilizado / Prejuízo acumulado / participação de minoritários)	2.435.793	-
Baixa de contratos de arrendamento financeiro	-	(805.081)
Provisão para devolução de aeronaves	-	147.548
Financiamento de manutenção de aeronaves (imobilizado/fornecedores)	45.235	-
Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos (imobilizado / empréstimos e financiamentos)	164.234	193.506
Depósitos em garantia (depósitos / arrendamentos a pagar)	476	-
Reserva de manutenção (depósitos / arrendamentos a pagar)	(6.498)	-
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	956.466	-



34. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstrada a seguir:

2019												
Transações que não afetam caixa								Ajuste ao lucro				
Saldo inicial	Captações, adições e pagamentos	Pagamentos de juros e custos sobre empréstimos	Derivativos	Ajuste de adoção inicial - CPC 06 (R2)	Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos	Reserva de manutenção	Depósito em garantia	Provisão de juros e amortizaçã o de custos	Variações cambiais líquidas	Baixas e alterações contratuais	Saldo final	
(não auditado)												
Empréstimos e financiamentos	1.867.759	(186.566)	(113.182)	-	-	164.234	-	-	128.634	40.215	-	1.901.094
Arrendamentos a pagar	912.145	(1.617.677)	(23.304)		5.370.868	957.026	(6.498)	(476)	502.544	241.612	(283.460)	6.052.780
Obrigações com operações de derivativos	409.662	(294.785)	-	(94.527)	-	-			-	-	-	20.350
Obrigações com partes relacionadas	2.305.613	927.273	(6.138)		-	-			106.059	120.009	-	3.452.816

2018									
Transção que não afeta caixa				Ajuste ao lucro					
Saldo inicial	Adições e pagamentos	Pagamentos de juros e custos sobre empréstimos	Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos	Provisão de juros sobre empréstimos	Baixa imobilizado	Variações cambiais líquidas			Saldo final
Empréstimos e financiamentos	3.141.597	(536.888)	(195.023)	193.506	200.089	(805.081)		357.388	2.508.419



35. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros mais relevantes, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos são como segue:

Modalidade aeronáutica	Em milhares de Reais	Em milhares de dólares
	(não auditado)	
Garantia - casco/guerra	342.610	85.000
Responsabilidade civil por ocorrência/aeronave (a)	3.023.025	750.000
Estoques (local) (b)	1.007.675	250.000

(a) Em conformidade com o valor acordado de cada aeronave até o limite máximo indicado.

(b) Valores por ocorrência e no agregado anual.

Por meio da Lei nº 10.744, de 9 de outubro de 2003, o governo brasileiro assume eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, limitada a equivalente em Reais do valor global de US\$1,0 bilhão a partir de 10 de setembro de 2001, pelos quais a GLA possa vir a ser exigida.

36. Eventos subsequentes

36.1 Novo acordo de codeshare

Em 04 de fevereiro de 2020 a Companhia, por meio de sua subsidiária GLA, anunciou um novo acordo recíproco de codeshare, com a empresa aérea American Airlines, criando assim o serviço de maior frequência entre os Estados Unidos e a América do Sul.

36.2 Venda e retroarrendamento

Em 11 de fevereiro de 2020 a Companhia, por meio de um Comunicado ao Mercado, anunciou a substituição de contrato de arrendamentos de 11 aeronaves gerando um ganho no primeiro trimestre de 2020 de R\$221.875.

36.3 Status da paralisação do Boeing 737 MAX

Em março de 2020, em decorrência da paralisação do Boeing 737 MAX descrito na nota 1 e em reconhecimento a uma parceria de longa data, foi assinado um acordo de compensação financeira com a Boeing. Os termos do referido acordo são estritamente confidenciais, mas objetivam proporcionar principalmente a compensação que endereça os danos resultantes de custos adicionais não planejados incorridos desde a paralisação das operações das aeronaves, até o momento, e em decorrência da não entrega das aeronaves, conforme definido nos contratos de compra.

A luz dos princípios e normas contábeis vigentes, os valores constantes do referido acordo, foram contabilizados nas informações financeiras trimestrais R\$246.938 como “Créditos com empresas relacionadas”, com contrapartidas registradas na demonstração do resultado.

36.4 Ações e impactos causados pela pandemia da COVID-19

A pandemia deflagrada pela COVID-19, considerada pela Organização Mundial da Saúde como “emergência de saúde pública de interesse internacional”, espalhou-se rapidamente pelo mundo, causando rupturas importantes na atividade econômica global e iniciando uma crise



sem precedentes. Tal crise tem aumentado significativamente as incertezas no ambiente macroeconômico e levará inevitavelmente a uma recessão global, conforme publicado, em 12 de abril, no Relatório do Banco Mundial “The Economy in the Time of COVID-19”. No Brasil, é estimada uma retração de 5% no PIB em 2020, causada, sobretudo, pela fraca demanda externa, queda do preço do petróleo e pela diminuição abrupta da atividade econômica para a contenção do vírus.

Entre as medidas tomadas no país para tentar reduzir a velocidade de propagação e disseminação da doença, estão a recomendação de distanciamento social, as restrições a viagens e o fechamento de fronteiras. Como consequência, a indústria aérea foi uma das primeiras e mais atingidas em suas operações e resultados. Tais impactos foram imediatos e severos.

Para enfrentar esse cenário absolutamente disruptivo, a Companhia por meio de seu Comitê Executivo, que conta com a participação de todo seu corpo diretivo, monitora atentamente o tema e seus desdobramentos e estabelece as estratégias financeiras e operacionais, como também define como a Companhia pode apoiar a sociedade. Num momento como esse, a Companhia não poderia se abster de dar toda contribuição possível, utilizando as ferramentas que estão sob seu controle. Como consequência as seguintes medidas foram tomadas pela Administração:

36.4.1 Readequação da operação - Malha Essencial

Em 16 de março, a GOL iniciou a redução da sua capacidade em 50 a 60% no mercado doméstico, e em 90 a 95% no mercado internacional, com o objetivo de refletir a mudança na demanda dos Clientes.

Em 24 de março, com os brasileiros adotando um comportamento responsável de distanciamento social e evitando viagens durante esta pandemia, houve uma nova readequação da malha de 750 para 50 voos diários essenciais entre o Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, e todas as 26 capitais estaduais e Brasília (“Malha Essencial”).

No final de maio, a GOL retomou operações pontuais em alguns aeroportos, com uma operação reduzida, porém fundamental, devido à qualidade e variedade de horários oferecidos ao clientes que procuram viagens rápidas e essenciais.

36.4.2 Redução nos custos fixos e variáveis

- Custos variáveis: conforme mencionado acima, no final de março reformulamos nossa malha área para garantir o atendimento essencial às capitais brasileiras e distrito federal, o que representa uma redução de 93% dos voos domésticos e a interrupção temporária de todos os voos internacionais, reduzindo assim os custos variáveis relacionados;
- Despesas com pessoal: com efeitos previstos a partir de abril, a Companhia adotou medidas visando a redução planejada de cerca de 50% das despesas com folha de pagamento e respectivos encargos, principalmente por meio da redução da jornada de trabalho e consequentemente da remuneração em 35% para aeroviários e aeronautas (serviços terrestres), negociação de redução pela metade da jornada de trabalho para nossa tripulação, redução de 40% dos salários dos diretores, adesão à licença não remunerada (LNR) de aproximadamente 5,4 mil colaboradores (cerca de 34% do quadro total), adesões essas firmadas até 31 de março de 2020; e
- Durante o mês de abril, com efeitos previstos a partir de maio, a Companhia adotou as medidas previstas na MP 936/20, e promoveu redução salarial de 50% para os colaboradores, de 60% para os diretores e promoveu a suspensão de contratos de trabalho



de aproximadamente 0,8 mil colabores em adição aos 5,4 mil anteriores.

- Outras despesas: suspensão de gastos com propaganda e publicidade, bem como a interrupção imediata de projetos de qualquer natureza que não sejam absolutamente essenciais para a continuidade de nossas operações.

36.4.3 Preservação e fortalecimento da posição de caixa e liquidez

- Arrendamentos de aeronaves e motores: negociação junto aos principais arrendadores que permitiram o diferimento dos pagamentos para períodos entre 3 e 6 meses, o que totalizará aproximadamente R\$452,4 milhões de retenção de recursos financeiros;
- Custos com combustíveis: acordos junto aos fornecedores para prorrogação de pagamentos, que serão retomados parceladamente a partir de setembro de 2020;
- Despesas com pessoal: suspensão do pagamento da participação nos resultados e bônus relativos ao exercício de 2019, bem como da antecipação do 13º salário e abonos de férias;
- Investimentos: suspensão de todo o CAPEX não essencial;
- Manutenção de motores: prorrogação das condições de pagamento entre 60-90 dias junto aos fornecedores;
- Impostos, contribuições e encargos sociais - suspensão de pagamentos de impostos federais por meio da obtenção de liminar judicial, e também em decorrência em decorrência das medidas promulgadas pelo Governo Federal;
- Outras despesas e receitas: acordo de reembolso de despesas incorridas desde a paralisação das aeronaves 737MAX, no valor de R\$247 milhões; e
- Empréstimos e financiamentos: rolagem da amortização de R\$148 milhões da parcela de março de 2020 para março de 2022, juntamente com a obtenção de waiver para os covenants de 2020, além da prorrogação de vencimento de operações de capital de giro programadas para o primeiro trimestre de 2020.

36.4.4 Suporte do Governo e órgão reguladores

- Preservação de recebíveis de passagens: redução no nível de reembolsos e cancelamentos em função de Medida Provisória promulgada pelo Governo que permitiu as remarcações de viagens para um período de até 12 meses;
- Tarifas aeroportuárias: alteração no prazo de pagamento das tarifas de navegação e taxas aeroportuárias, que poderão ser quitadas até dezembro sem a incidência de multas; e
- Manutenção de slots - ANAC: (i) abono do cancelamento de slots pelo índice de regularidade, válido até o final de outubro de 2020, alinhada com decisão semelhante adotada por outras organizações e autoridades de aviação civil, como a Comissão Europeia e a FAA; e (ii) extensão por 120 dias da renovação de habilitações.

36.4.5 Impactos nas informações trimestrais

Conforme já mencionado os impactos causados pela pandemia da COVID-19, foram imediatos e severos na Companhia, tendo como principal consequência a adoção da malha essencial, apresenta-se abaixo uma tabela com o resumo dos ajustes e reclassificações efetuados no



período subsequente a essas demonstrações financeiras, bem como o detalhamento de cada um desses itens e divulgações adicionais no texto abaixo:



Descrição**Ajustes**

Desreconhecimento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - combustível	(291.925)
Desreconhecimento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - receitas em US\$	(290.346)

Reclassificações

Impostos a recuperar de curto para longo prazo	33.290
--	--------

Como resultado da redução nas operações pela adoção da malha essencial a Companhia desreconheceu operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, pois espera-se uma queda no consumo de combustível anteriormente estimado. Dessa forma transferiu-se do grupo de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido para o resultado financeiro como “perdas com derivativos” o montante de R\$291.925.

Outrossim, como resultado da interrupção temporária de todos os voos internacionais, a Companhia também desreconheceu operações de *hedge* accounting utilizadas como forma de proteger as receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento mercantil. Isto posto, transferiu-se do grupo de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido para o resultado financeiro como “despesas com variação cambial” o valor correspondente a R\$290.346.

As expectativas de realização de ativos e passivos foram reavaliadas e como consequência, foi efetuada a reclassificação de Impostos e contribuições a recuperar no valor de R\$33.290 uma vez que tal ativo levará mais tempo para ser realizado.

Em relação aos saldos de arrendamentos a pagar em 31 de março de 2020, do total de obrigações de curto prazo R\$233.081 tiveram seus vencimentos renegociados com os credores.

A Companhia também efetuou novos testes de *impairment* nos saldos de ativo imobilizado, ágio e direitos de slots, nenhuma provisão para redução a valor recuperável foi registrada.

A Companhia também promoveu uma revisão minuciosa das suas estimativas orçamentárias para o exercício corrente e seguintes (“Plano de Negócios”) e, pode evidenciar e concluir com base nas informações disponíveis que reúne condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com os vencimentos renegociados junto a seus fornecedores e credores.

36.4.6 Apoio à Sociedade, Colaboradores e Clientes

O transporte de passageiros é um serviço essencial à sociedade. Reconhecemos o dever de cuidado com nosso público e estamos trabalhando com as autoridades para ajudar a minimizar o impacto do COVID-19 na população e em nossos serviços de saúde.

Para os voos em nossa rede essencial, estamos tomando medidas extraordinárias de atendimento, além dos já rígidos padrões de sanitização da aviação civil. Todas as nossas aeronaves estão sendo higienizadas e desinfetadas diariamente.

Entre as medidas tomadas, tentar manter a integridade e a saúde dos colaboradores da Companhia é a prioridade. Desde a segunda quinzena de março, todos os colaboradores da Companhia com funções administrativas passaram a trabalhar remotamente. Os colaboradores estão sendo acompanhados, de forma ininterrupta, pela liderança da empresa e pela área de Gente & Cultura que gere recursos humanos.



Com o objetivo de aprimorar o atendimento aos Clientes num momento de alta demanda e grande incerteza, a Companhia criou canais de comunicação específicos sobre o coronavírus, que são atualizados de maneira constante. A Companhia reforçou a equipe dedicada em sua Central de Atendimento e deu prioridade aos casos mais urgentes. Essa equipe está empenhada em auxiliar os clientes na reorganização de suas reservas de passagens aéreas, com condições flexíveis de alterações de suas viagens futuras.

No âmbito social, como contribuição e reconhecimento àqueles que combatem a COVID-19 na linha de frente da batalha, a Companhia passou a transportar gratuitamente os profissionais de saúde.

O maior compromisso da Companhia continuará sendo a integridade e a saúde das pessoas. Seguindo à risca, como feito até agora, as diretrizes da OMS como compromisso de fazer tudo o que está ao alcance para atravessar esse período de turbulência da melhor forma possível.

